



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO do exercício de 2014

Belém/PA
2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014.

Belém/PA
Março/2015



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

REITOR

Sueo Numazawa

VICE-REITOR

Paulo de Jesus Santos

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Antônio Cordeiro de Santana - Pró-reitor

Marcos Antônio Souza dos Santos - Pró-reitor Adjunto

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Izildinha de Souza Miranda - Pró-reitora

Hugo Alves Pinheiro - Pró-reitor Adjunto

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Simone Andréa Lima do Nascimento Baía - Pró-reitora

Paulo Cezar de Moraes Alves - Pró-reitor Adjunto

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Marcel do Nascimento Botelho - Pró-reitor

Ruth Helena Falesi Palha Moraes de Bittencourt - Pró-reitora Adjunta

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Djacy Barbosa Ribeiro - Pró-reitor

Marcos André Piedade Gama - Pró-reitor Adjunto

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Manoel Sebastião Pereira de Carvalho - Pró-reitor

Rodrigo Silva do Vale - Pró-reitor Adjunto

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Maria Rosangila Xavier Serique - Pró-reitora

Saulo Luis Pereira Wanzeler - Pró-reitor Adjunto



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

DIRIGENTES DAS UNIDADES ACADÊMICAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - ICA

Antonio José Figueiredo Moreira - Diretor

INSTITUTO DE SAÚDE E PRODUÇÃO ANIMAL - ISPA

Cristian Faturi - Diretor

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E DOS RECURSOS HÍDRICOS - ISARH

Paulo Jorge de Oliveira Ponte de Souza - Diretor

INSTITUTO CIBERESPACIAL - ICIBE

Pedro Silvestre da Silva Campos - Diretor

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAPANEMA

Fernando Sérgio Valente Pinheiro - Diretor

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAPITÃO POÇO

Heráclito Eugênio Oliveira da Conceição - Diretor

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PARAGOMINAS

Izabelle Pereira Andrade - Diretora

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PARAUAPEBAS

Kaliandra Souza Alves - Diretora

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOMÉ-AÇU

Ticiane Lima dos Santos - Diretora



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Antônio Cordeiro de Santana - Pró-reitor

Marcos Antônio Souza dos Santos - Pró-reitor Adjunto

EQUIPE TÉCNICA

Ana Paula Saldanha Eremita da Silva

Diana Costa Matni

Marcos Antônio Souza dos Santos

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) apresenta o seu Relatório de Gestão do exercício 2014. Além de ser elemento fundamental de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) é um instrumento de gestão que informa à sociedade as principais atividades desenvolvidas pela UFRA em 2014, contribuindo com o processo de transparência quanto aos atos políticos e administrativos e de respeito às leis, no sentido de dar amplo conhecimento à sociedade.

A partir do exercício 2014, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) passou a coordenar o processo de elaboração do relatório anual da Instituição. Para isso, utilizou-se o banco de dados e sistemas de informação da universidade. Tais procedimentos possibilitaram a sistematização e a consolidação das informações para o presente documento, subsidiando a análise crítica dos resultados alcançados pelas ações desenvolvidas nas diversas áreas de atuação da Universidade.

Quanto à organização, à forma e ao conteúdo, este Relatório obedece às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014. O conteúdo referente às partes A e B segue o anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, e a Portaria nº 90/2014 do TCU. A parte B apresenta informações referentes ao item 67 – conteúdo específico para Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – contemplando indicadores de desempenho e relação dos projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) conforme a Lei nº 8.958/1994, discriminando o número do contrato ou do convênio, o objeto, o valor e a vigência e, ainda, os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à IFES, envolvidos em cada projeto.

Não contemplam este relatório os itens 5.2.1.2 – Ações não previstas na LOA 2014 Restos a pagar não processados OFSS; 5.2.1.3 – Ações Orçamento de Investimentos OI; 6.6 – Suprimento de Fundos; 6.7 – Renúncias sob a gestão da UJ; 12.1.5.3 – Dívida Ativa; 12.5 – Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/64 e pela NCBT 16.6 aprovados pela resolução CFC nº 1.133/2008; 12.7 – Composição acionária de empresas estatais; 12.8 – Relatório de auditoria independente, por não se aplicarem a esta UJ e os itens 6.5.3 – Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse; 6.5.4 – Informações sobre análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse; 6.8 – Gestão de precatórios por não ter tido ocorrência no período em questão.

SUMÁRIO

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL	11
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTões COMPõEM O RELATÓRIO.....	12
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	12
1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade	13
1.3 Organograma funcional	15
1.4 Macroprocessos finalísticos	17
2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA.....	22
2.1 Estrutura de governança	22
2.2 Atuação da unidade de auditoria interna	23
2.3 Sistema de Correição.....	28
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	29
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	31
3.1 Canais de acesso do cidadão	31
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	31
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	31
3.4 Acesso às informações da UJ	32
3.5 Avaliação do desempenho da UJ.....	33
3.6 Medidas relativas à Acessibilidade.....	33
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	34
4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da UJ.....	34
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	34
5.1 Planejamento da unidade.....	34
5.2 Programação Orçamentária e financeira e resultados alcançados	37
5.2.1. Ações	37
5.3 Informações sobre indicadores de desempenho operacional.....	56
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	60
6.1 Programação e execução das despesas	60
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	74
6.3 Reconhecimento de passivos por Insuficiênciа de créditos ou recursos	75
6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	75
6.5 Transferência de recursos	76
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	78
7.1 Estrutura de pessoal da unidade	78
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	80
8. gestão de patrimônio mobiliário e imobiliários.....	83

8.1	Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros.....	83
8.2	Gestão do patrimônio imobiliário.....	84
8.3	Bens imóveis locados de terceiros.....	90
9.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	91
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	91
10.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE	92
10.1	Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental	92
11.	atendimento de demandas de órgãos de controle	93
11.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	93
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	96
11.3	Declaração de bens e rendas estabelecidas na Lei nº 8.730/93	115
11.4	Alimentação SIASG e SINCOV	116
12.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	117
12.1	Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	117
12.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	119
12.3	Conformidade contábil	119
12.4	Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	121
II.	PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO.....	122
1.	INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES).....	123
1.1	Indicadores de desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e modificações posteriores	123
1.2	Análise de resultados dos indicadores de desempenho das IFES	125
1.3	Relação de projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	126

LISTA DE QUADROS

Quadro A 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	12
Quadro A 1.3 - Informações sobre área ou subunidades estratégicas	16
Quadro A 2.4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	29
Quadro A 5.2.3.1 - Ações de responsabilidade da UJ - OFSS	37
Quadro A 5.4 - Indicadores de Desempenho	56
Quadro A 6.1.1 - Programação de Despesas	60
Quadro A 6.1.2.1 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	61
Quadro A 6.1.2.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	62
Quadro A 6.1.3.1 - – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	63
Quadro A 6.1.3.2 - – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários.....	64
Quadro A 6.1.3.3 - – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	65
Quadro A 6.1.3.4 - Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários	68
Quadro A 6.1.3.5 - – Despesas por Modalidade de Contratação – Crédito de Movimentação	70
Quadro A 6.1.3.6 - – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	71
Quadro A 6.2 - – Despesas com Publicidade	74
Quadro A 6.4 - – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	75
Quadro A 6.5.1 - – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	76
Quadro A 6.5.2 - – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	77
Quadro A 7.1.1.1 - – Força de trabalho da UJ.....	78
Quadro A 7.1.1.2 - – Distribuição da Lotação Efetiva	78
Quadro A 7.1.1.3 - – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	79
Quadro A 7.2.1 - – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	80
Quadro A 7.2.2 - – Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	81
Quadro A 7.2.4 - – Composição de Quadro de Estagiários.....	82
Quadro A 8.2.1 - – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.	84
Quadro A 8.2.2.1 - – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	84
Quadro A 8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.	85
Quadro A 8.2.3 - – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	89
Quadro A 8.3 - – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso especial Locados de Terceiros.....	90
Quadro A 9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.	91
Quadro A 10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental.....	92
Quadro A 11.1.1 - – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	93
Quadro A 11.1.2 – Situações das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	95
Quadro A 11.2.1 - – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.	96
Quadro A 11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício....	114
Quadro A 11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.	115
Quadro A 11.5 - – Declaração de inserção e atualização de dados do SIASG e SICONV.	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstração da execução do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT	24
Tabela 2 - Demonstrativo dos tipos e quantidade de auxílios atendidos por campus/mês.	39
Tabela 3 - Valores aplicados nos diversos auxílios no período de janeiro a dezembro de 2014.	40
Tabela 4 - Programas e Projetos de Extensão aprovados através do edital PROEXT 2014.	41
Tabela 5 - Municípios polos contemplados com cursos	45
Tabela 6 – Classificação da frota de veículos da UFRA, 2014.	83
Tabela 7 – Custos de manutenção da frota de veículos da UFRA, 2014.	83
Tabela 8 – Relação de sistemas utilizados na UFRA em 2014 e suas funções.	91
Tabela 9 – Eventuais necessidade de novos sistemas informatizados ou funcionalidades.	91

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro A 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Universidade Federal Rural da Amazônia		
Denominação Abreviada: UFRA		
Código SIORG: 457	Código LOA: 26253	Código SIAFI: 153034
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 05.200.001/0001-01
Principal Atividade: 8411600		Código CNAE: 8030-6/00
Telefones/Fax de contato:	(091) 3210-5166	(091) 3210-5176
Endereço Eletrônico: propladi@ufra.edu.br		
Página na internet: http://www.ufra.edu.br		
Endereço Postal: Avenida Presidente Tancredo Neves 2501, Bairro Terra Firme 66077-530, Belém – Pará		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 10.611 de 23 de Dezembro de 2002		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Competências e Estrutura Organizacional: Definidas no Estatuto da UFRA, publicado pela Portaria nº 3.423 de 18 de Novembro de 2003.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Informativo Periódico UFRA NOTÍCIAS ON-LINE		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
153034	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
15241	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
153034	15241	

1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) foi criada em 23 de dezembro de 2002, por meio da Lei nº 10.611. A UFRA nasceu da transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) que, por sua vez surgiu em 5 de dezembro de 1945 a partir da Escola de Agronomia da Amazônia, instituída por meio do Decreto Lei nº 8.290/1945.

Apoiada nos estudos sobre o perfil do profissional de ciências agrárias e o desenvolvimento local a partir da identificação de arranjos produtivos locais, a UFRA criou os cursos de Engenharia Florestal em Santarém, Agronomia e Zootecnia em Parauapebas e Agronomia em Capitão Poço no interior do estado do Pará. Parauapebas e Capitão Poço se transformaram em *campus* da UFRA e o de Santarém na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

A partir da experiência adquirida, com o apoio do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº 6.096 de 14 de abril de 2007, a UFRA foi contemplada com recursos para a reestruturação acadêmica, criação de novos cursos de graduação e do *campus* de Paragominas. Os novos *campi* de Capanema e Tomé-Açu e os cursos de graduação foram criados com recursos do Ministério da Educação (MEC) já no âmbito do Plano Nacional da Educação (PNE 2011-2020).

A continuidade da expansão da UFRA até 2024 está fundamentada no seu Planejamento Estratégico Institucional (PLAIN 2014-2024), construído endogenamente com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade regional e que está alinhado, em termos de horizonte de tempo e metas, ao novo Plano Nacional de Educação (2014-2024). Assim, busca-se a consolidação da UFRA com sete *campi* situados nos municípios de Belém, Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas, Tomé-Açu e Tailândia, e cinco núcleos universitários nos municípios de Colares, Ourilândia do Norte, Santa Isabel do Pará, Ulianópolis e Viseu no estado do Pará.

A missão, visão, valores e princípios constituem a base de atuação das UFRA como agente de formação de profissionais com conhecimento interdisciplinar e humanista e de transformação da sociedade, a partir da educação superior, neste cenário de mudanças econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas da Amazônia e do Brasil.

O Planejamento Estratégico Institucional da UFRA (PLAIN 2014-2024) define a missão, visão, valores e princípios que atribuem sentido para o que a instituição faz no seu dia-a-dia e demarca a sua razão de ser e fundamenta suas ações.

Missão

Formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Visão

Ser referência nacional e internacional como universidade de excelência na formação de profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil.

Valores

- a) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – assegurar a integração sistêmica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão como diferencial na formação dos profissionais, produção e difusão de conhecimentos;

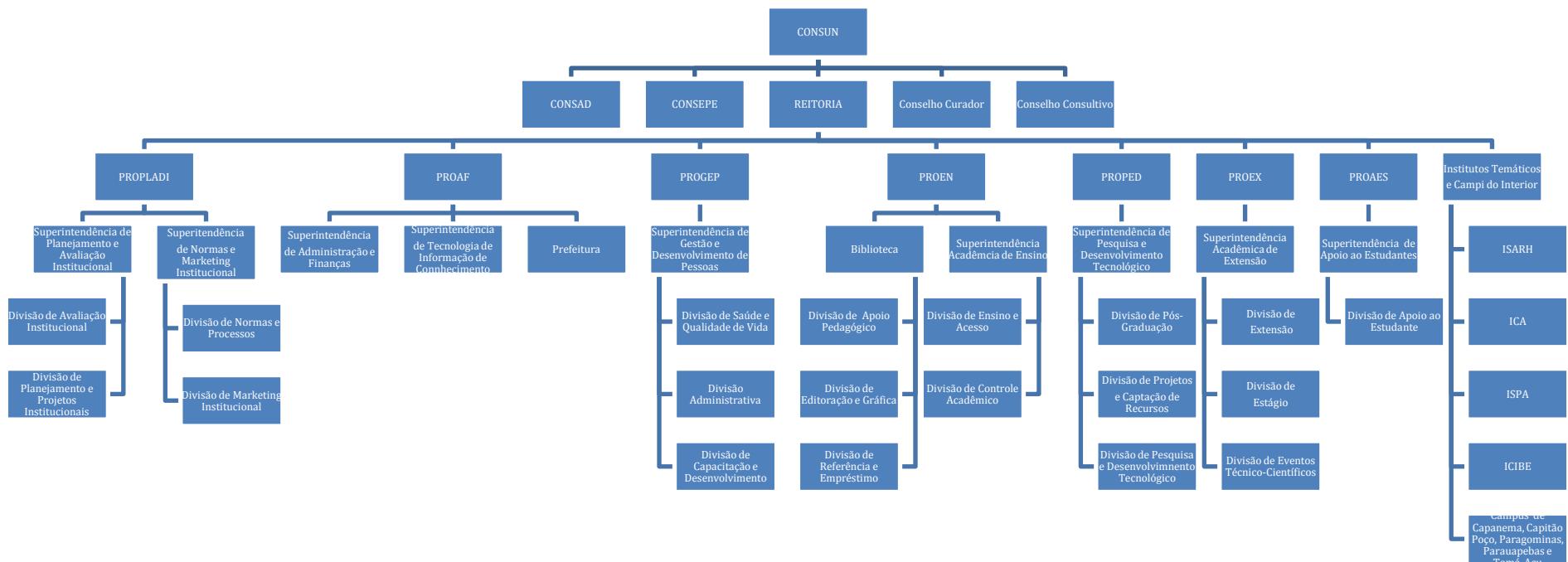
- b) Interdisciplinaridade – exercitar a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão, como processo de construção e desenvolvimento de novos conceitos, conhecimentos e aprendizados e na formação de cidadãos com visão holística dos problemas a enfrentar na vida profissional e convívio social;
- c) Transparência – tornar transparente as ações da atividade administrativa da instituição, mediante a divulgação e disponibilização das informações à sociedade;
- d) Responsabilidade social e ambiental – produzir conhecimento consciente da importância de compartilhar os resultados com a sociedade e com a valorização dos serviços ambientais produzidos pela natureza em benefício do bem-estar social;
- e) Dignidade e inclusão – garantir os princípios da dignidade e inclusão na educação superior aos portadores de necessidades especiais;
- f) Ética – respeito, integridade e dignidade aos seres humanos, com o fito de assegurar os princípios morais aos cidadãos em prol do bem comum;
- g) Cidadania – assegurar a liberdade, direitos e responsabilidades individuais e comunitárias;
- h) Cooperação – trabalhar para o bem comum da sociedade local, regional, nacional e internacional.

Princípios

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito cultural, político, científico e socioambiental do pensamento reflexivo em ciências agrária, saúde e produção animal, biológicas, ciências sociais aplicadas, da informação e conhecimento, ciências humanas e da saúde, engenharias e outras que venham a ser introduzidas;
- b) Formar profissionais cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento e melhorias da qualidade de vida da sociedade brasileira, em específico do ambiente complexo da Amazônia, propiciando a formação continuada;
- c) Desenvolver pesquisa, tecnologia e inovação dentro do propósito da sustentabilidade por meio da integração dos sistemas econômicos e ambientais, sob a visão holística das relações entre o homem e o meio em que atua;
- d) Promover a extensão universitária, prestando serviços especializados à comunidade, sobretudo aos grupos sociais excluídos, e estabelecer um vínculo permanente e dinâmico de ações recíprocas para o desenvolvimento humano;
- e) Promover de forma permanente o aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a integração das informações e conhecimento adquiridos numa dinâmica própria de ação e reação com os egressos e os demais grupos de interesse a que está vinculada;
- f) Tornar efetivo e ampliado os meios de comunicação e divulgação dos conhecimentos culturais, políticos, socioeconômicos, ambientais, técnicos e científicos, que formam o patrimônio da UFRA tem a ofertar para a humanidade, por meio do ensino presencial à distância, publicações dos resultados de pesquisa e extensão e todas as formas de comunicação ao alcance da Universidade.

1.3 Organograma funcional

Figura 1 – Organograma Funcional da UFRA



Quadro B 1.3 - Informações sobre área ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI)	Responsável pelo planejamento e estratégias de desenvolvimento institucional	Antônio Cordeiro de Santana	Pró-Reitor	2014
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)	Responsável pela formulação e implementação da política de recursos humanos.	Ranyelle Foro de Sousa	Pró-Reitora	2014
Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF)	Responsável pela formulação e implementação pela política patrimonial e de controle orçamentário.	Kedson Raul de Souza Lima	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES)	Responsável pela execução de ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas ao acesso, permanência e conclusão de curso de discentes de graduação.	Manoel Sebastião Pereira de Carvalho	Pró-Reitor	2014
Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)	Responsável pela formulação e implementação das políticas de ensino de graduação e controle acadêmico.	Marcel do Nascimento Botelho	Pró-Reitor	2014
Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PROPED)	Responsável pela formulação e implementação das políticas e dos programas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e da pós-graduação.	Izildinha de Souza Miranda	Pró-Reitora	2014
Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	Responsável pela formulação e implementação das políticas e dos programas de extensão universitária, visando a interação da Universidade com a sociedade.	Djacy Barbosa Ribeiro	Pró-Reitor	2014

1.4 Macroprocessos finalísticos

As políticas e diretrizes estratégicas referentes aos macroprocessos finalísticos da UFRA são definidas pelos Conselhos Superiores, Reitoria e Pró-Reitorias. A execução é de responsabilidade dos Institutos e Campi, conforme o organograma apresentado no item 1.3. Assim, a busca da excelência acadêmica da Universidade está na convergência das ações de políticas entre as diferentes unidades da Instituição. O PLAIN 2014-2024 define as políticas que fundamentam os macroprocesso finalísticos da UFRA.

Política de Ensino

A atividade de ensino da UFRA compreende a oferta de vagas nas modalidades da graduação em diversas áreas e pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado. O ensino de graduação dedica-se à formação de profissionais ajustados ao mercado de trabalho e às demandas da sociedade, primando pela qualidade das atividades que desenvolvem e estão conscientes de que devem contribuir para o aumento da produtividade dos sistemas de produção coletivos e privados e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Estas ações de política são desenvolvidas pela Pró-reitoria de Ensino (PROEN).

A metodologia de ensino e aprendizagem da UFRA exercita a interdisciplinaridade por meio dos eixos temáticos que dão a conformidade e dinâmica pedagógica a todas as matrizes curriculares dos cursos de graduação presenciais e a distância. Igualmente, incorpora os atributos de qualidades pessoais, ética profissional, economia e gestão de negócios, tecnologia da informação e conhecimento e práticas profissionalizantes. Além disso, a formação do profissional inclui conteúdo em todos os cursos para fornecer conhecimento aos estudantes sobre a realidade socioeconômica, ambiental, cultural e política no âmbito regional e nacional, pensamento crítico, cidadania ativa, trabalho em equipe, pensamento solidário e justiça social.

A UFRA avança ainda na contribuição para atender à demanda pelo ensino de graduação por meio do ensino à distância, que contribui para aumentar o número de vagas e tornar mais eficiente a ocupação dos espaços físicos e operar com racionalidade a distribuição da carga horária dos professores. Avança-se, também, na direção do estabelecimento de uma cultura midiática, inicialmente aplicada ao ensino e aprendizagem dos cursos de graduação em educação e informática oferecidos pela Universidade.

Em termos de escala, a UFRA é uma universidade pequena que estabeleceu nova trajetória de expansão para contribuir de forma mais efetiva com as diretrizes e metas do PNE 2014-2024, por isto convive com diversos cursos em fase de implantação e ainda não reconhecidos. Todavia, os que foram avaliados pelo MEC, todos receberam o credenciamento pela qualidade apresentada.

A qualidade do ensino será aferida com a implantação da política de avaliação sistemática dos cursos e do programa de capacitação continuada dos docentes, cujo perfil já reflete elevada qualificação, pois conta com 98% de mestres e doutores, sendo 55% doutores. Concomitantemente, a UFRA vai implantar a política de parceria e cooperação com as escolas do ensino médio e fundamental para a identificação de talentos, desenvolver a prática da iniciação científica e buscar a fidelização desses estudantes à UFRA e, por sua vez, contribuir para produzir um efeito demonstração dos melhores alunos da escola pública que estão enquadrados na política afirmativa de quotas estabelecida pelo MEC.

A integração da UFRA ao programa Ciência sem Fronteiras é outro destaque da Universidade no aprofundamento da formação de profissionais com sólido conhecimento técnico e científico para atuar e contribuir de forma diferenciada na solução dos problemas econômicos, sociais e ambientais que envolvem a geopolítica da Amazônia.

Incentivo diferencial também deve alcançar os professores como elemento de estímulo para a fixação no interior, onde as condições dos serviços de saúde e educação de qualidade são precárias, assim como as deficiências em comunicação e transporte.

Na pós-graduação, os novos cursos serão focados nas dinâmicas do conhecimento que estão dando os contornos da formação acadêmica e do desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo necessários aos profissionais que irão atuar nos sistemas produtivos rurais e empresariais da Amazônia.

Política de Pesquisa e Inovação

O cenário de reestruturação produtiva que envolve o desenvolvimento sustentável da Amazônia tem na ciência, tecnologia e inovação um eixo estruturante do progresso material e de bem-estar social para o conjunto da população amazônica e brasileira. A UFRA está inserida neste cenário e com raízes fincadas nas ciências agrárias, ciências ambientais, ciências da informação, ciências humanas e engenharias, que configuram áreas de domínio fundamentais para o desenvolvimento local e sustentável na Amazônia.

A UFRA tem sido uma das instituições protagonistas do desenvolvimento da Amazônia nas últimas seis décadas. Muitas das inovações tecnológicas em olericultura e fruticultura tropical, aproveitamento agrícola das várzeas e conhecimentos sobre os solos amazônicos e sobre a realidade socioeconômica e ambiental da região são devidas às iniciativas de professores e pesquisadores da Universidade e, atualmente, estão incorporadas os sistemas de produção e às políticas públicas de desenvolvimento regional.

A estruturação de grupos de pesquisa, ancorados nos programas de formação a nível de pós-graduação, orienta-se para gerar resultados científicos e tecnológicos sobre os problemas da Amazônia e dispõe de apoio diferenciado para a publicação de artigos em periódicos internacionais. Essa dinâmica ajuda a difundir o conhecimento gerado na Universidade e a caminhar na direção de criar referência e domínio de espaço nas áreas identificadas como pontos fortes e oportunidades para a UFRA. Estas atividades são conduzidas pela Pró-reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PROPED).

Para a próxima década os desafios na área de pesquisa e inovação tecnológica são ainda maiores, tendo em vista a estratégia de consolidação como Universidade Multicampi e com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação para além das Ciências Agrárias, permeado por um contexto que deve privilegiar um novo padrão de desenvolvimento regional, assentado no conceito de desenvolvimento sustentável.

Para fazer frente a esse desafio as estratégias são as seguintes:

- Formular e implementar programas, projetos e ações que contribuam para a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação da UFRA a partir da consolidação de redes e do fortalecimento dos grupos de pesquisa.
- Ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento regional, valorizando biodiversidade da Amazônia e estimulando a inovação tecnológica e formação de recursos humanos para a inovação no âmbito empresarial.
- Implementar ações de redesenho de funções e processos na Incubadora da UFRA, visando adequar a sua estrutura em prol do fomento de empreendimentos solidários e sustentáveis.
- Implementar ações de redesenho de funções e processos no Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), visando estabelecer uma política consistente de patentes e proteção de propriedade intelectual na UFRA.
- Ampliar a oferta de bolsas de iniciação científica no Campus sede e, prioritariamente, nos Campi do interior, além de estabelecer uma política de formação do bolsistas a partir da oferta de cursos complementares em áreas estratégicas para a pesquisa, inovação e empreendedorismo.

- Criar informativos para divulgação interna e externa e popularização dos resultados de pesquisa desenvolvidos na UFRA, como forma de dar publicidade à sociedade sobre às ações pesquisa, inovação e desenvolvimento.
- Ampliar a oferta de recursos para financiar a publicação científica, envolvendo a produção de livros, capítulos de livros, coletâneas e traduções de artigos científicos, visando a publicação em periódicos internacionais de impacto.
- Criar instrumentos de avaliação de desempenho da pesquisa e dos grupos de pesquisa, visando gerar indicadores para a administração superior.
- Elaborar e dar publicidade aos critérios adotados na concessão de bolsas de iniciação científica, pós-graduação e de produtividade em pesquisa, garantindo a comunidade acadêmica e sociedade em geral o pleno conhecimento quanto a aplicação desses recursos.

Política de Extensão

O Plano Nacional de Extensão (PNExt) 2011-2020 pauta-se na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, respaldada a autonomia universitária. Esta política é coordenada pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX). A Extensão Universitária na UFRA é considerada como a atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa e é responsável por fazer a integração entre a universidade e a sociedade.

As atividades de extensão da UFRA estão sendo alinhadas com a missão da UFRA e com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão. Também está implantando o processo de avaliação, análise e reflexão das atividades que desenvolve.

As atividades da Pró-reitoria de Extensão priorizam as chamadas públicas e propostas direcionadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas da educação, saúde animal, produção de alimentos em assentamentos rurais da reforma agrária, orientação técnica e organização das comunidades rurais e urbanas com vistas ao desenvolvimento de atividades geradoras de emprego e renda, empoderamento das mulheres no processo de decisão e melhoria das condições de vida.

Nesta gestão, esforço está sendo feito para alinhar suas ações às demandas da sociedade, de acordo com a necessidade de interação social por meio das atividades voltadas para as comunidades rurais e urbanas. Esforços estão sendo desenvolvidos para a formação de parcerias, através de convênios de cooperação técnicas com instituições regionais, nacionais e internacionais visando o desenvolvimento de projetos comuns e difusão dos resultados das atividades de extensão junto à sociedade.

A UFRA avança na integração social por meio de programas e projetos de extensão vinculados diretamente à organização social, ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas a partir da pesquisa-ação, além de contribuir para a solução de problemas comuns vivenciados pelos distintos atores sociais.

Até 2024 a UFRA contribuirá com o PNExt para que todos os discentes formados tenham registrados em seus currículos a participação em programas e/ou projetos de extensão. Assim estará influenciando diretamente a formação cultural das pessoas, a construção de capital social e o empoderamento das comunidades pobres no que concerne à busca das liberdades substantivas a que cada cidadão tem direito para uma vida digna com seus pares.

Política de Assuntos Estudantis

A política de assuntos estudantis é desenvolvida na UFRA pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), cuja a missão é desenvolver ações institucionais para viabilizar o acesso, permanência e conclusão exitosa dos discentes dos cursos de graduação. O alcance desta missão está pautado no esforço de assegurar igualdade de oportunidades e oferecer a estrutura de apoio ao

desempenho acadêmico, pessoal, social, emocional e profissional dos estudantes, de acordo com os princípios e diretrizes contidos no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que se traduz em condição necessária para viabilizar a política do MEC de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A política estudantil da UFRA está alinhada às diretrizes do PNAES no sentido de viabilizar a permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica matriculado, contribuir para a melhoria de seu desempenho acadêmico para reduzir a retenção e evasão, por meio da assistência à moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, lazer, creche e apoio pedagógico, bem como avaliar o desempenho do PNAES na Universidade.

Dessa forma, a PROAES procura proporcionar não somente a diplomação do estudante em tempo regular com a formação profissional e aptidão para o mercado de trabalho, mas também contribuir para a formação cidadã, conjugando os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos.

Política de Recursos Humanos

A política de recursos humanos visa melhorar a qualidade de vida dos servidores, oferecendo condições para o crescimento profissional e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Universidade, mediante a criação de um ambiente orientado para promover a criatividade e a inovação dos talentos da UFRA. Esta política é conduzida pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

A política de formação, capacitação e avaliação de desempenho é o princípio fundamental da gestão de pessoas que, a partir de indicadores permite-se aferir a qualidade dos serviços prestados pelos servidores à sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Universidade.

A política de avaliação e reconhecimento das competências e valores dos servidores é o lema que resulta na criação de vantagens competitivas da UFRA. A gestão de pessoas está evoluindo rapidamente nesta direção, criando oportunidades para a capacitação e formação do corpo técnico da Universidade.

Assim, a Universidade está buscando a sinergia entre o desenvolvimento do corpo técnico da instituição, mediante a implementação da Gestão por Competência e o programa de treinamento e formação, oportunizados de acordo com as necessidades de desenvolvimento e habilidades dos servidores. Neste planejamento estratégico institucional, foram estabelecidos objetivos, metas e ações para tornar contínuo este processo de desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos e dos docentes que, juntos, fazem a UFRA caminhar de forma sustentável para alcançar sua missão.

Política de Cooperação Interinstitucional e Internacional

As atividades de cooperação da UFRA com instituições regionais, nacionais e internacionais é desenvolvida por meio de uma assessoria vinculada diretamente à reitoria da Universidade. A sua atribuição, como definido em Regimento é a seguinte:

“Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional tem a atribuição de articular-se com organismos do país e do exterior, no sentido de estabelecer mecanismos de cooperação mútua com a Universidade, com vistas ao desenvolvimento de projetos e parcerias no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.”

A UFRA ainda não definiu a forma e os instrumentos para levar a cabo essa política de cooperação. De início, sabe-se que essa política não tem funcionado ao longo dos anos cobertos

pelo diagnóstico situacional da instituição. Os resultados é que essa relação foi enquadrada como ponto fraco na percepção dos grupos de interesse.

Não obstante este resultado, a UFRA está empenhada em mudar a situação, alinhando os esforços para neutralizar essa fraqueza e transformá-la em uma das fortalezas para o desenvolvimento sustentável da Universidade.

A assessoria de Cooperação Internacional está empenhada em inserir a UFRA com parceira de instituições regionais, nacionais e internacionais por meio de convênio de cooperação para desenvolverem projetos de interesses comuns abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Política de Gestão

A política de gestão da UFRA, como regra nas Instituições de Ensino Superior (IES), segue os princípio do modelo de administração pública gerencial, que se vincula ao desenvolvimento tecnológico, abertura e expansão dos mercados e a dinâmica de globalização da economia. Assim, busca-se a identificação das demandas dos clientes, como fator indutor da melhoria da qualidade da formação acadêmica da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e dos serviços de extensão, bem como a eficiência e eficácia dos processos e atividades, mediante redução de tempo, melhoria da qualidade e flexibilidade das ações com vistas a obter ganhos de competitividade. Esta política é conduzida pelas Pró-reitorias de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) e de Administração e Finanças (PROAF), em plena interação com as demais pró-reitorias, unidades de gestão da UFRA e os grupos de interesse.

Neste contexto, a gestão segue o processo de racionalidade administrativa ao incluir as funções de planejamento e orçamento e adotar os princípios gerais de desagregação dos serviços em centros de custo e das ações envolvendo coordenação e controle, competência e tecnologia de informação para apoiar o processo da tomada de decisão. Portanto, a gestão da UFRA está orientada para a obtenção de resultados, com indicadores de desempenho de todas as ações, de modo a demarcar sua trajetória de expansão *multicampi* pela eficiência no desempenho de suas atividades.

Com efeito, a UFRA avança na aplicação do modelo de governança horizontal da gestão pública, com vistas a aumentar a efetividade das contribuições e controles por parte dos grupos de interesse e representações institucionais, de modo a democratizar a gestão via compartilhamento de ideias a partir da integração entre os atores públicos e privados no processo de elaboração das políticas institucionais.

A gestão superior da UFRA administra suas unidades de acordo com os planos institucionais e com o apoio da comunidade representada em seus colegiados. A gestão dos recursos prioriza as atividades planejadas pelos institutos e *campi* em busca de resultados. Há empenho para modernizar a gestão por meio da utilização geral da tecnologia da informação e conhecimento, de modo a atender, de forma diferenciada e com qualidade, as pessoas.

A gestão da UFRA está em processo de evolução para alcançar plena democratização do desenvolvimento de suas atividades, ampliando a transparência, a interação participativa dos grupos de interesse e a racionalização da burocracia, com respeito ao meio ambiente, eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos e na condução das políticas internas que orientam o desenvolvimento sustentável da instituição.

2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de governança

A estrutura de governança é definida no estatuto da UFRA, sendo composta pela Assembleia Universitária, Conselho Universitário, Conselho Consultivo, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Administração, Conselho Curador e Reitoria.

A Assembleia Universitária reúne todos os segmentos da comunidade regularmente estabelecidos, para análise anual das atividades desenvolvidas pela instituição, tomar conhecimento dos planos para o exercício seguinte, participar dos atos de colação de grau dos cursos mantidos pela Universidade e entregar títulos e dignidades acadêmicas.

O Conselho Universitário é o órgão deliberativo máximo da universidade. A sua composição e atribuições são definidas no Estatuto da UFRA. Reúne-se, ordinariamente, no mínimo quatro vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente, a requerimento da maioria de seus membros titulares ou quando requerido por, pelo menos, dois segmentos da comunidade universitária.

O Conselho Consultivo é o órgão superior de interação entre a UFRA e a comunidade externa. É responsável pela discussão das políticas, objetivos e metas estratégicas da Instituição e propor medidas relativas à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão com os órgãos do setor rural da região, bem como outros segmentos da sociedade. É composto pelo Reitor, secretários executivos e representantes das organizações civis vinculadas à missão da Universidade.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão deliberativo e consultivo na área didática e científica. Ao CONSEPE compete julgar recursos de decisão da Reitoria, dos Institutos e das Coordenadorias de Curso em matéria didática e científica; estabelecer normas sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação; baixar normas que visem o aperfeiçoamento dos procedimentos utilizados nos processos seletivos, bem como sobre os de verificação da aprendizagem nos cursos da Universidade; aprovar a criação, transformação e supressão de cursos e modificação de currículo; dispor sobre a aplicação dos Fundos Especiais de Pesquisa e Extensão; propor a concessão de diploma de Doutor e Professor "*Honoris Causa*", e "Professor Emérito"; e aprovar o calendário acadêmico da UFRA.

O Conselho de Administração (CONSAD) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria de planejamento e gestão. As normas de funcionamento e as competências do CONSAD são estabelecidas em Regimento Interno elaborado por seus membros e aprovado pelo Conselho Universitário. Reúne-se, ordinariamente, no mínimo seis vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com indicação dos motivos da reunião.

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização em assuntos econômico-financeiros da Universidade. Os membros do Conselho Curador não podem estar exercendo funções na administração da Universidade. As reuniões do Conselho Curador são presididas por um de seus membros, eleito entre estes, por maioria simples, para um mandato de dois anos, a exceção do representante do Ministério da Educação, não sendo permitida a recondução.

A Reitoria é o órgão executivo da administração superior, sendo exercida pelo Reitor e pelo Vice-Reitor em suas faltas e impedimentos, ambos eleitos e nomeados de acordo com o Art. 26 do estatuto da Universidade. O Reitor representa legalmente a UFRA em todos os atos e feitos judiciais e extrajudiciais. Conta com uma estrutura administrativa de suporte composta por Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Estratégicos, Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional, Assessoria de Comunicação, Secretaria geral e dos Conselhos Superiores, Comissão Permanente de Pessoal Docente, Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo e Auditoria Interna.

A Universidade possui também Comissão Própria de Avaliação (CPA). Com atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de

educação superior, a CPA é uma exigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Possui como função principal acompanhar o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas da UFRA, tanto para subsidiar o Relatório de Gestão quanto para subsidiar as coordenadorias de cursos e as demais unidades técnico-administrativas no estabelecimento dos padrões acadêmicos e nos procedimentos para melhorar e garantir a qualidade da instituição.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

Em 2014 a unidade de auditoria interna da UFRA (AUDIN) produziu dois relatórios de auditoria, envolvendo as áreas de Gestão do Patrimônio e Gestão de Pessoas. O primeiro relatório avaliou a conformidade dos documentos dos imóveis, com os dados dos registros no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). O escopo abrangido pela realização dos trabalhos foi verificar 30% do cadastramento, por Campus Universitário, dos bens imóveis (Bens de Uso Especial) pertencentes à UFRA, nas ações 2032.20RK e 2032.8282.

No segundo relatório trata-se da análise das admissões de pessoal do Campus Belém no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), referentes às admissões ocorridas no exercício de 2014, evitando o não cumprimento das recomendações constantes no Relatório 201203455 da Controladoria Geral da União (CGU/PA). O escopo teve abrangência de 20% (vinte por cento) dos processos de admissão de 2014, referentes ao Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação, na Ação 2109.20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União.

A Tabela 1 apresenta a demonstração da execução do plano anual de auditoria contemplando a avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da UFRA.

Tabela 1 - Demonstração da execução do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT

1.	Área de Controle da Gestão	Executado	Relevância	Constatações	Recomendações	Providências Adotadas
1.1.	Elaborar e consolidar o RAINt – Relatório de Auditoria Interna – do exercício de 2014, evitando o não cumprimento da IN 01/2007-CGU.	O RAINt referente ao exercício de 2014 foi elaborado e encaminhado à Controladoria Geral da União dentro do prazo legal.	Foram elaborados dois relatórios de auditoria: um na área de recursos humanos e outro na área de gestão patrimonial.	A falta de pessoal é o maior entrave para execução dos trabalhos de auditoria interna.	Elaborar em tempo hábil o RAINt anual.	Implementado.
1.2.	Consolidação e monitoramento dos Planos de Providências para atender as recomendações da CGU.	A unidade de auditoria interna da UFRA acompanhou as recomendações emanadas dos relatórios da CGU, solicitando aos gestores desta IFES informações sobre as providências adotadas para atender recomendações.	A UFRA está trabalhando na eficiência de seus controles internos e procura atender as recomendações da CGU.	A maioria das recomendações foram atendidas.	Implementar as recomendações que ainda faltam.	Em implementação.
1.3.	Apoio à equipe da CGU.	Atendimento ao solicitado e encaminhado a CGU obedecendo aos prazos estabelecidos.	Todas as solicitações da CGU foram atendidas dentro do prazo previsto.	Algumas recomendações ainda estão sendo implementadas.	Atender todas as recomendações emanadas da CGU.	Em implementação.
2.	Área de gestão orçamentária, financeira e patrimonial e suprimentos de bens e serviços.	Executado	Relevância	Constatações	Recomendações	Providências Adotadas
2.1.	Avaliação da gestão patrimonial dos bens de uso especial da UFRA.	Relatório de auditoria nº 02/2014 – Avaliação da gestão patrimonial e Plano de Providências Interno.	Disponibilizar o inventário anual de bens móveis e imóveis (incluídos semoventes e material bibliográfico) relativo aos exercícios de 2012 e 2013, de conformidade com a alínea “a” do subitem	Ausência de Inventário de Bens Móveis e Imóveis	Recomenda-se providências urgentes e efetivas quanto a criação de comissão para dar continuidade aos trabalhos de elaboração do inventário dos bens móveis e a elaboração de Manual de Procedimento de Rotinas.	Em implementação.

			8.2 da IN nº 205/88-SEDAP.			
			Relacionar por Campus/Campi todos os bens imóveis próprios ou locados de terceiros, independentemente de estar ou não cadastrado no SPIUNet.	Ausência de laudos de reavaliação patrimonial atualizado dos imóveis cadastrados no SPIUNet.	Recomendamos providências quanto a elaboração dos laudos de avaliação dos imóveis pertencentes ao patrimônio da UFRA para posterior atualização de dados no SPIUNet. E capacitação adequada para os servidores que operam este sistema.	Em implementação.
2.2.	Governança de Tecnologia da Informação	Não foi possível executar esta ação por falta de servidor.	-	-	Incluir nas ações do PAINT de 2015.	Em implementação.
2.3.	Avaliação da regularidade dos Processos Licitatórios.	Não foi possível executar esta ação por falta de servidor.	-	-	Incluir nas ações do PAINT de 2015.	Em implementação.
3.	Área de gestão de recursos humanos	Executado	Relevância	Constatações	Recomendações	Providências adotadas
3.1.	Avaliação dos registros de admissão dos servidores da UFRA no sistema SISAC.	Relatório de auditoria nº 01/2014 – Avaliação da Gestão de Pessoal e Plano de Providências Internos.	Ausência ficha SISAC (IN TCU nº 55/2007, art. 7º).	Nos assentamentos funcionais de determinados servidores, não constavam as fichas SISAC conforme IN TCU nº 55/2007, art. 7º.	Recomenda-se que o setor auditado revise todos os atos de admissão e verifique os que ainda estão pendentes de cadastro no SISAC.	O setor auditado revisou os atos de admissão e encaminhou as fichas SISAC pendentes.
			Descumprimento de exigência de IN TCU nº 55/2007, art. 7º.	Os cadastros foram efetuados fora do prazo, extrapolando período determinado pelo art. 7º da IN TCU nº 55/2007.	Recomenda-se a elaboração e utilização de um manual de rotinas e procedimentos de trabalho referentes ao registro de informação no SISAC de servidores ingressos por concurso público.	Em implementação.
			O acervo funcional do servidor contendo todas as ocorrências até a data da redistribuição não foi emitido pela unidade de gestão de pessoas	Não consta nas pastas funcionais de determinados servidores redistribuídos os acervos funcionais da instituição de origem.	Recomenda-se que o setor auditado solicite ao órgão de origem dos servidores redistribuídos, para que encaminhem todo o histórico funcional dos servidores, em cumprimento ao determinado	Em implementação.

			do órgão de origem para a instituição de destino no prazo de 30 dias da publicação do ato.		no art. 9º da Portaria MPOG nº 57 de 14 de abril de 2000.	
4.	Reserva técnica	Executado	Relevância	Constatações	Recomendações	Providências adotadas
4.1.	Assessoramento e orientações	A AUDIN orientou os diversos setores da Instituição, visando à eficiência e eficácia dos controles.	Nota Técnica 01 e 02; Assessoria e orientação nos controles internos.	Fragilidade nos controles internos.	Recomenda-se a gestão a tender as orientações da AUDIN.	Implementado.
4.2	Ações de capacitação da auditoria	Cursos de capacitação: 1. Auditoria interna governamental – realizado por IFPA/UFPA/UFRA, no período de 09/06 a 13/06/2014 com carga horária de 40 horas. 2. Curso de formação e de práticas de auditoria interna governamental – realizado por IFPA/UFPA/UFRA, no período de 11/08 a 14/08/2014, com carga horária de 36 horas. 3. Planejamento governamental e gestão orçamentária e financeira – realizado por TCU, através do Instituto Serzedelo Corrêa, modalidade à distância, no período de 25/08 a 19/09/2014 com carga horária de 30 horas. 4. Controle e auditoria interna – Realizado pela ESAF, à distância, no período de 06/10 a 14/11/14, com carga horária de 40 horas. 5. 41º FONAITec – Capacitação Técnica das auditorias do MEC – Realizado pela Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do MEC –	Os auditores internos devem aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades e outras competências através do desenvolvimento profissional contínuo.	Promoção da integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC, seminários e apresentações de trabalhos.	Incentivar a participação dos auditores internos em capacitação e nos fóruns.	Implementado.

	FONAI-MEC, no período de 24/11 a 28/11/2014, com carga horária de 40 horas.				
--	---	--	--	--	--

Fonte: AUDIN/UFRA

2.3 Sistema de Correição

Para atender o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e no art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 que se reportam à medidas para apuração de possíveis irregularidades, transgressões praticadas e aplicação de penalidades a servidores públicos a UFRA utiliza-se da Seção de Direitos e Deveres, vinculada a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) que gerência o processo de tramitação, acompanhamento e conclusão dos processos administrativos disciplinares.

As principais dificuldades enfrentadas na condução de PAD na UFRA referem-se ao baixo nível de qualificação dos servidores na condução dos processos e também ao fato de que um grande número de servidores ingressaram na instituição antes de 05/10/1988 sem concurso público e, conforme estabelecido nos termos do art. 33 da Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98, não se recomenda que integrem comissões disciplinares. Mesmo com o ingresso de novos servidores nos últimos anos, muitos ainda estão cumprindo estágio probatório o que também inviabiliza a sua inclusão na condução destes processos.

Para melhor qualificar os servidores na realização dos trabalhos relacionados a PAD, em 2014, foi programado o Curso de Formação de Membros para Comissão de Processos Disciplinares com carga horária de 32h que será ministrado em abril de 2015.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro C 2.4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
		1	2	3	4	5
	Ambiente de Controle			X		
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
	Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
	Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
	Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25.	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento		1	2	3	4
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

Atualmente, a UFRA conta com o Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC), implantado efetivamente em 2013 e disponível na página da UFRA na internet. Neste sistema o público interno e externo pode dirimir dúvidas, apresentar sugestões, além de solicitar dados e informações da instituição. A ouvidoria ainda não foi implantada. Mas está definida como meta prioritária no PLAIN da UFRA 2014-2024, com previsão de instalação em 2015.

Apesar da UFRA ainda não dispor de ouvidoria todas as demanda de informações no exercício 2014 foram respondidas em tempo hábil em conformidade com a lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Foram registrados 34 pedidos de acesso à informação, oriundos dos estados do Pará (7), Brasília (4), Ceará (4), Mato Grosso (4), Rio de Janeiro (4), São Paulo (4) e Minas Gerais (3). Os demais pedidos foram dos estados do Amazonas (1), Maranhão (1), Sergipe (1) e Tocantins (1). 5, sendo que a quantidade anual totalizaram 30 pedidos.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A UFRA não possui uma Carta de Serviços ao Cidadão consolidada em documento único ou página específica na internet, conforme estabelecido pelo Decreto Nº. 6.932, de 11 de agosto de 2009. Os serviços prestados pelas diferentes unidades que compõe a Universidade são informados apenas nas páginas dessas unidades. Em 2015, a UFRA deverá elaborar este documento de modo consolidado, visando atender a legislação vigente.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

No exercício 2014 como parte das atividades do Planejamento Estratégico Institucional 2014-2024, foi realizada pesquisa de opinião contemplando todos os *campi* e cursos da UFRA, juntamente com os grupos de interesse internos e externos. O objeto do estudo foi contribuir para a elaboração do PLAIN.

O universo do estudo foi constituído pelos egressos (estudantes formados na UFRA a partir de 2002), pelos alunos matriculados nos cursos da UFRA e que estão cursando pelo menos o quarto semestre, com exceção de Capanema e de um grupo de alunos de Capitão Poço que, no momento da pesquisa, estavam cursando o segundo semestre, professores que ingressaram e continuam na UFRA até 2013 e empresas e instituições públicas, privadas e do terceiro setor que contratam profissionais, firmaram parcerias e/ou demandaram serviços da UFRA.

Para as populações de alunos, professores e egressos adotou-se o critério estatístico para a representatividade da amostra e, para os empregadores, os atores foram selecionados de acordo com a conveniência, considerando fatores como a representatividade no estado, região e país em termos da demanda de profissionais, desenvolvimento de atividades correlatas, possibilidade de estabelecer parcerias e da disposição em preencher o questionário.

Utilizou-se amostra probabilística para alunos, professores e egressos, assumindo nível de significância de 95% e um erro amostral de 5% para alunos e professores e de 7,7% para a população estimada de egressos. No caso específico dos empregadores, a amostra representa as matrizes das instituições empregadoras e não a totalidade das unidades instaladas na Região. Adotou-se a proporção de 50% por se tratar de pesquisa de opinião, em função das respostas dicotômicas e com grau de qualificação na escala *Likert*.

Elaborou-se um questionário específico para cada grupo de interesse participante do estudo, que fez o preenchimento com ou sem a presença de um pesquisador encarregado da sua distribuição

e recolhimento. Muitos foram encaminhados por e-mail e outros preenchidos diretamente com acesso a um *link* na plataforma *google*. Muitas das perguntas foram qualitativas e fechadas para facilitar o processamento e elaboradas de tal forma a atenuar a incorporação de interesses específicos nas respostas dadas pelos sujeitos entrevistados em cada grupo de interesse. Para as questões que exigiam qualificação da resposta na escala *Likert*, uma chamada explicativa foi adicionada ao questionário para orientar a resposta do sujeito entrevistado. Todas as questões foram codificadas com um número para representar o conteúdo ou atributo associado à resposta dada.

Após a eliminação de questionários com erro de preenchimento (muitas questões em branco, respostas incompletas e até declaração do viés na resposta dada sobre algumas questões-chave), a amostra, contemplou 591 alunos (dos *campi* de Belém, Capanema, Capitão Poço e Parauapebas) de um universo estimado com até 5.000 matriculados, 113 professores (dos *campi* de Belém, Capanema, Capitão Poço, Paragominas e Parauapebas) de um universo de 259, 156 egressos de diversas instituições públicas, privadas, terceiro setor, pós-graduação, autônomos e desempregados de um universo estimado de 4.500 profissionais e 15 instituições empregadoras de um universo desconhecido.

3.4 Acesso às informações da UJ

As informações gerais da UFRA podem ser acessadas por meio da sua página na internet <http://www.ufra.edu.br>. Informações específicas referentes às diferentes áreas de atuação podem ser obtidas nas páginas das Pró-Reitorias conforme indicado abaixo.

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

<http://www.propladi.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

<http://www.proped.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

<http://www.proaf.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Ensino

<http://www.proen.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Extensão

<http://www.proex.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

<http://www.proaes.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

<http://www.progep.ufra.edu.br>

3.5 Avaliação do desempenho da UJ

Os resultados da pesquisa mencionada no item 3.3 que foi realizada em 2014 com professores, alunos, egressos e empresas quanto ao desempenho da UFRA podem ser consultados no documento “Construindo o futuro da UFRA: identificando e fortalecendo as forças do desempenho institucional” disponível na página <http://www.propladi.ufra.edu.br>.

3.6 Medidas relativas à Acessibilidade

Em 2010, a necessidade de aprofundar estudos e desenvolver ações relacionadas à acessibilidade, levou um grupo de professores da UFRA, a escrever os projetos dos cursos Acessibilidade digital, Práticas pedagógicas e tecnológicas em educação inclusiva e Atendimento educacional especializado que foram submetidos ao MEC, com o objetivo de ofertar cursos de formação continuada no âmbito do Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica. Por meio destes projetos o MEC começou a equipar a UFRA com Tecnologias Assistivas e equipamentos para alavancar na instituição ações de acessibilidade e inclusão.

Em 2012, o Conselho Universitário da UFRA aprovou a Resolução nº 46, de 16 de fevereiro de 2012, que criou o Núcleo Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia (ACESSAR) com o objetivo de adequar a instituição ao contexto das políticas públicas e diretrizes do MEC para educação superior quanto à inclusão e a acessibilidade, além de estimular o desenvolvimento de ações inclusivas dentro da UFRA impulsionando a inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

Em agosto de 2013 foi inaugurado o prédio do Núcleo Acessar que passou a oferecer maior suporte de infraestrutura de trabalho para o desenvolvimento de propostas sobre em tecnologia e metodologia de programas que facilitem o acesso do cidadão com necessidades especiais. Este é o objetivo do Núcleo Acessar, da Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA.

Ainda em 2013 foi elaborado e aprovado o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Letras e Libras, com carga horária de 4.332 horas e oferta de 30 vagas no Campus Belém, o qual foi incluído no Sistema Eletrônico de Acompanhamento dos Processos que regulam a educação superior no Brasil (Sistema E-mec) com previsão de iniciar o funcionamento no segundo semestre de 2014.

Em função das dificuldades para realização de concursos para contratação de professores e técnicos especializados na área não foi possível realizar o processo seletivo e iniciar o curso. A previsão de que esta situação seja solucionada no primeiro semestre do 2015, com a meta de iniciar o curso no segundo semestre.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da UJ

Uma análise detalhada sobre o ambiente de atuação da UFRA configurado pelos ambientes interno e externo pode ser consultado na versão final do Planejamento Estratégico Institucional da UFRA (2014-2024) disponível na página <http://www.propladi.ufra.edu.br>.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade

Em 2014 a UFRA elaborou e aprovou o seu Planejamento Estratégico Institucional para o período 2014-2024 (PLAIN). O PLAIN de uma universidade é um processo que não se faz sozinho, mas com a ação conjunta de todos os grupos de interesse da instituição para gerar, de forma compartilhada e contínua, o conhecimento profundo sobre os ambientes interno e externo em que opera, envolvendo os agentes externos (instituições, profissionais e a comunidade influenciada) e internos para definir objetivos, estabelecer metas e implantar as ações estratégicas capazes de alcançar sua missão e preservar seus valores. Se compreendido desta forma, o PLAIN pode gerar um resultado que é maior do que a soma dos esforços individualizados. Dessa forma, a UFRA pode tornar suas atividades competitivas e sustentáveis.

No planejamento estratégico, as estratégias criadas por meio das metodologias tradicionais já se transformaram em “consumo de massa” e exercem pouca ou nenhuma efetividade sobre as atividades a serem desenvolvidas. Uma das razões é a prevalência dos interesses individuais dos participantes das oficinas que apresentam ideias para o plano da instituição. Outra razão é que o nível de conhecimento dos ambientes internos e externos da instituição é baixo, o que torna as ações comprometidas na base.

Para contornar esse problema, a Análise Fatorial foi utilizada para dar conteúdo científico aos resultados do diagnóstico sobre o ambiente interno (pontos fortes e pontos fracos) e o ambiente externo (oportunidades e ameaças), definidos no âmbito da Matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), a partir de um questionário aplicado aos seguintes grupos de interesses: professores, alunos, instituições e egressos.

Os passos metodológicos adotados no PLAIN 2014-2024 da UFRA foram os seguintes:

- a) Realizar um Ciclo de Oficinas para Orientar o Planejamento Estratégico Institucional – CICLOPI, em que convidados externos apresentam palestras sobre temas vinculados ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, cujas ideias subsidiaram a elaboração dos questionários que foram aplicados aos grupos de interesse;
- b) Elaborar e aplicar questionários para obter informações sobre os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, na percepção dos grupos de interesse (alunos, professores, egressos, empregadores e instituições correlatas), e outras questões envolvendo cenários de desenvolvimento e políticas da educação;
- c) Aplicar da Análise Fatorial Exploratória para identificar as dimensões definidoras dos cenários, a partir da combinação das forças: i) fortalezas e oportunidades; ii) fortalezas e ameaças; iii) fraquezas e oportunidades; iv) fraquezas e ameaças;
- d) Eleger o cenário dinâmico para o desenvolvimento institucional, elaborar os objetivos, metas, ações e os critérios de avaliação de desempenho;
- e) Apresentar todos os resultados aos grupos de interesse por meio de seminários e das redes de comunicação, de forma a compartilhar a construção do PLAIN.

Uma apresentação didática dos passos metodológicos do PLAIN é ilustrada na Figura 3.1.

Nível 1: Definição da missão, visão, valores e princípios norteadores da UFRA Multicampi, com vistas ao aprimoramento e validação nos diversos *campi*.

Nível 2: Diagnóstico e análise dos ambientes externo e interno:

- a) No ambiente externo identificam-se as forças macro (demografia, mercado de trabalho, políticas econômica, tecnológica, social e ambiental) e as forças micro (fornecedores, clientes e concorrentes) que influenciam o desempenho sustentável da UFRA. Também são identificadas as oportunidades e ameaças a partir das informações obtidas em oficinas amplas, aplicação de questionários, entrevistas e debates nos diversos *campi*;
- b) No ambiente interno identificam-se os pontos fortes (qualidades, diferencial competitivo) e os pontos fracos (áreas de conflito, transparência, comunicação, tempo na realização de tarefas) no ensino, pesquisa, extensão e gestão da UFRA, a partir de informações obtidas em documentos atuais, oficinas temáticas, aplicação de questionários aos grupos de trabalho dos diversos *campi*;
- c) As técnicas de análise multivariada foram aplicadas aos dados para a identificação dos fatores de maior relevância que expressam as dimensões latentes nos ambientes interna e externo de atuação da UFRA.

Nível 3: Configuração e análise da situação atual vivenciada nos *campi* da UFRA a partir dos resultados gerados nos níveis anteriores e dos cenários factíveis e alternativos a serem eleitos e seguidos pela instituição. Neste nível, foram definidos os objetivos, metas e ações institucionais.

Nível 4: Formular e implantar as estratégias e planos operacionais para alcançar os objetivos e metas em curto, médio e longo prazos.

Nível 5: Monitorar, controlar e retroalimentar o PLAIN para manter e aprimorar a trajetória de desenvolvimento da UFRA Multicampi.

Figura 2 – Layout do Planejamento Estratégico Institucional (PLAIN) da UFRA



Fonte: PROPLADI-UFRA.

5.2 Programação Orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1. AÇÕES

5.2.1.1. Ações – OFSS

Quadro D 5.2.3.1 - Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação												
Código	2032.8282 Tipo: Atividade											
Título	Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior											
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade. Código: 03GD											
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841											
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032											
Unidade Orçamentária	26253											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
30.983.029,00	31.947.214,00	23.174.161,23	16.005.919,97	15.281.721,82	-	7.168.241,26						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
Projeto viabilizado				Previsto	Reprogramado	Realizado						
			8	8	8	8						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
7.168.241,26	-	-	Projeto viabilizado		unidade	8						

Da dotação Total, aproximadamente 53% destinou-se a ações de Custeio e 47% a ações de Capital. Da execução dos recursos de custeio, 89% referem-se a despesas fixas, tais como: serviços terceirizados, energia, água, telefonia e o restante para outras despesas como material de consumo. Da execução dos recursos de capital 55% foram utilizados para aquisição de material permanente e 45% para despesas com obras e Instalações.

A diferença entre a Dotação inicial e o valor efetivamente empenhado, deu-se em razão da frustração de procedimentos licitatórios, bem como pela não liberação de limite orçamentário para empenho da despesa em tempo hábil, possibilitando desta forma a inscrição de empenhos em restos a pagar não processados, comprometendo a execução da meta física, uma vez que a base de apuração do indicador é a despesa efetivamente liquidada, e não empenhada. Assim, a execução da meta física só será alcançada em 2015 quando da efetiva execução e pagamento dos restos a pagar inscritos.

A execução da ação possibilitou a manutenção geral da Instituição, viabilizando suas principais atividades de ensino, pesquisa e extensão. Cabe ressaltar que, em que pese os recursos

disponibilizados no orçamento, os mesmos são insuficientes para o atendimento das demandas da UFRA, necessitando, portanto, de um maior investimento, os quais são indispensáveis ao atendimento de sua missão institucional.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação												
Código	2032.20RK Tipo: Atividade											
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior											
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade. Código: 03GD											
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841											
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032											
Unidade Orçamentária	26253											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
14.743.580,00	22.602.680,00	22.050.243,12	18.197.300,97	17.536.509,73	-	3.852.942,15						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
Estudante Matriculado			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
3.852.942,15	-	-	Estudante Matriculado		unidade	3.684						

A meta definida para 2014 só será alcançada em 2015, quando da execução dos Restos a Pagar não processados. Há de se considerar que no exercício de 2014 houve a abertura de crédito extraordinário na ordem superior a R\$ 7.300.000,00 (Sete milhões e trezentos mil reais), os quais foram utilizados nas diversas necessidades de custeio, tais como: diárias, passagens, serviços terceirizados, serviços de fornecimento de água, energia elétrica, telefonia, material de consumo em geral e demais despesas de custeio, o que veio garantir, de fato, o funcionamento da Instituição.

Aliado a tudo isso, a universidade tem enfrentado dificuldades na execução da ação no que tange a carência de pessoal qualificado para dar partida e prosseguimento nos diversos processos de licitação, que na maioria das vezes são abertos fora do prazo e com justificativas inadequadas, fazendo com que os mesmos sejam devolvidos à origem para correção, e quando retornam o prazo já se encontra exíguo, gerando, procedimentos licitatórios tardios, o que vem contribuir com inscrição de empenhos em restos a pagar e comprometendo a execução da meta física programada.

Outro fator, que cria dificuldade na execução da ação é o estabelecimento de limites mensais para empenho da despesa, que na maioria das vezes só são liberados no encerramento do exercício, ocasionando, também, a inscrição de empenhos em restos a pagar e consequentemente, o não atendimento da meta física programada.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação												
Código	2032.4002 Tipo: Atividade											
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior											
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência. Código: 03GA											
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841											
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032											
Unidade Orçamentária	26253											
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
2.460.513,00	2.460.513,00	212.771,39	1.734.446,13	1.703.596,14	-	387.325,26						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
Benefício concedido			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado						
Benefício concedido			1.100	1.100	1.100	1.350						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada							
766.186,40	577.734,67	(93.076,83)	Benefício concedido	unidade	1.350							

Os recursos aplicados expostos nas tabelas abaixo, são relativos ao período de janeiro a dezembro de 2014. Os alunos atendidos são os remanescentes dos editais de 2011, 2012, 2013 cujos orçamentos são relativos a esse ano de 2014. Os alunos que foram incorporados ao programa PNAES a partir de janeiro de 2014 com orçamento de 2014.

Tabela 2 - Demonstrativo dos tipos e quantidade de auxílios atendidos por campus/mês.

Auxílio / Campus	Belém	Capitão Poço	Paragominas	Parauapebas	Capanema	Tomé-Açu	Total de Alunos
Moradia	106	56	41	55	40	1	298
Creche	12	0	15	4	0	0	31
Transporte	135	25	39	27	25	0	251
Alimentação	555	59	69	48	45	11	787
TOTAL	808	140	164	134	110	12	1367

Fonte: PROAES

Tabela 3 - Valores aplicados nos diversos auxílios no período de janeiro a dezembro de 2014.

Auxílio / Campus	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$) / Mês	Valor Total (R\$) / Ano
Moradia	330,00	98.340,00	1.180.080,00
Creche	250,00	7.750,00	93.000,00
Transporte	80,00	20.080,00	240.960,00
Alimentação	100,00	78.700,00	944.400,00
Auxílio Emergencial	500,00	5.000,00	60.000,00
Auxílio para Congresso	500,00	5.000,00	60.000,00
Auxílio para subsidiar ônibus para eventos Estudantis	500,00	15.000,00	180.000,00
Bolsa Esporte	200,00	12.000,00	144.000,00
TOTAL	2.460,00	241.870,00	2.902.440,00

Fonte: PROAES

A UFRA é a Universidade Federal com o menor recurso do PNAES entre todas as IFES. Os valores destinados aos diversos auxílios não têm atendido a demanda em função do processo de expansão e interiorização. A UFRA necessita, com urgência, de aumento no valor dos recursos do PNAES, para atender a grande demanda de alunos em vulnerabilidade econômica, com necessidades emergenciais para continuar em seus cursos de graduação e evitar a evasão, que é o grande objetivo do Programa PNAES.

Quanto aos Restos a Pagar, tem sido constante a transferência de valores de um ano para o outro subsequente, porque o volume das verbas disponibilizado pelo MEC sempre chega nos meados do 1º semestre letivo, quando então são lançados os editais com as respectivas dotações de valores por auxílio.

Até o ano de 2013, dentro das ações prioritárias na LDO, estavam disponíveis quatro tipos de auxílios (moradia, creche, transporte e alimentação). Em 2014 foram disponibilizados mais quatro (auxílio emergencial, auxílio para congresso, auxílio para subsidiar ônibus para eventos estudantis e bolsa esporte).

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação												
Código	2032.20GK					Tipo: Atividade						
Título	Fomento ás Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão											
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero. Código: 0390											
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código: 0803											
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032											
Unidade Orçamentária	26253											
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
2.813.594,00	2.813.594,00	2.046.680,80	1.610.819,43	1.487.119,09	-	435.861,37						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante							
Iniciativa apoiada			unidade		Previsto	Reprogramado						
					12	12						
						11						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
522.091,01	273.432,86	-	Iniciativa apoiada		unidade	11						

Em relação as metas físicas programadas em número de 12, foram executadas 11 materializadas nos programas ou projeto financiados pelo PROEXT 2014, abaixo listados. A execução destas ações tem sido limitada pelas dificuldades para aplicação de recursos em função de atrasos nos processos licitatórios. Essas dificuldades serão detalhadas nos relatórios específicos dos respectivos coordenadores através do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC).

Tabela 4 - Programas e Projetos de Extensão aprovados através do edital PROEXT 2014.

Título	Coordenador	Tipo
Programa EVRA - Comunidade & Universidade: uma Escola de Vida Ribeirinha Amazônica (Fase 2)	Maria das Dores Correia Palha	PROGRAMA
Fortalecimento da piscicultura em quatro municípios polos do estado do Pará: ação integrada entre setor produtivo e academia	Lauro Satoru Itó	PROGRAMA
Capacitação Participativa de Sistemas de Produção Agroecológicos na Agricultura Familiar do Nordeste Paraense	Henderson Gonçalves Nobre	PROGRAMA
Proposta de Implantação de um Modelo Energético Autossustentável para a "Vila Agrícola Fraternidade"	Licinius Dimitri Sá de Alcântara	PROGRAMA

no Município de São Miguel do Guamá/PA		
Via açaí: educação e geração de renda em comunidades ribeirinhas da Terra Indígena Alto Rio Gua	Marluce Reis Souza Santa Brígida	PROGRAMA
Atividades Esportivas Assistidas por Animais para Pessoas com Deficiência	Fernanda Martins Hatano	PROGRAMA
A conexão entre saberes tradicionais e o acesso as tecnologias da informação e da comunicação	Ana Lídia Cardoso do Nascimento	PROGRAMA
Inclusão Produtiva da Comunidade Carente do Bairro Montese em Belém-PA Através da Logística Reversa de Sobras de Alimentos em Restaurantes e Feiras Livres	Fábio de Lima Bezerra	PROJETO
Estudo da ofidiofauna na Área de Proteção Ambiental Ilha do Combú, município de Belém, Pará: aspectos ecológicos, epidemiológicos e etnozoológicos	Fabio Haruki Hatano	PROJETO
EDUCAR: Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia na Educação	Janae Gonçalves	PROGRAMA
Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais do Nordeste Paraense	Lucila Elizabeth Fragoso Monfort	PROGRAMA

Fonte: PROEX/UFRA

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação											
Código	2109.4572					Tipo: Atividade					
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação										
Iniciativa	-										
Objetivo	-										
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação										
Código: 2109											
Unidade Orçamentária	26253										
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras										
Lei Orçamentária 2014											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados					
465.178,00	465.178,00	129.369,38	124.788,38	124.788,38	-	4.581,00					
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
Servidor Capacitado			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado					
Servidor Capacitado			unidade	400	400	194					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada					
35.094,08	24.749,78	(1.700,00)	Servidor Capacitado		unidade	194					

Há na UFRA três ações voltadas à qualificação e capacitação dos servidores: Termo de Parceria com a UFPa, que oferta 2 vagas a servidores em turma de mestrado; Termo de Parceria com o IFPA que oferta 31 vagas a servidores em turma de graduação e o Plano Anual de Capacitação - PAC destinado a todos os servidores.

Com relação ao Plano Anual de Capacitação foi aprovado apenas em junho de 2014 e operacionalizado a partir de julho de 2014. De agosto a novembro foram promovidos 22 cursos de capacitação, sendo 21 realizados, abrindo 306 vagas. Dessa forma, houve 216 inscritos e foram certificados 161 servidores.

As principais dificuldades são com o horário de realização do curso, com os processos de contratação e pagamento de facilitadores e a existência de apenas 01 servidor público para gerenciar todos o processo.

Em 2014, o recurso foi utilizado especificamente para custeio de parte do termo de parceria junto ao IFPA, pagamentos de diárias e passagens para servidores e facilitadores, pagamento de Gratificação de Encargo de Curso ou Concurso (GECC) para facilitadores internos e externos e aquisição de material de consumo. Parte do recurso não foi utilizado, pois o termo de parceria foi prorrogado e algumas diárias e GECC entraram como resto a pagar, uma vez que houve atraso no pagamento.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação												
Código	2030.20RJ					Tipo: Atividade						
Título	Apoio á Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica											
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.											
Código: 02BQ												
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código: 0597											
Programa	Educação Básica Código: 2030											
Unidade Orçamentária	26253											
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
211.600,00	211.600,00	202.549,50	200.149,70	199.437,95	-	2.399,80						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
Pessoa Beneficiada			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado						
				1.150	1.150	1.188						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
25.105,68	8.644,03	-	Pessoa Beneficiada		unidade	1.188						

Os recursos permitiram a oferta de cursos em 18 municípios polo, alcançando um total de 44 municípios no entorno e qualificando 985 professores em tecnologias favoráveis ao processo de inclusão de alunos com deficiência, visando assegurar autonomia, participação e acesso ao conhecimento, bem como explicitar os princípios basilares da inclusão. Na Tabela 5 constam as informações dos municípios polos contemplados com os cursos.

Tabela 5 - Municípios polos contemplados com cursos

Municípios Polo 1º semestre 2014	Municípios em Torno que participaram dos cursos.	Curso
Acará	Não Teve	Educação Ambiental
Belém	Ananindeua, Augusto Correa, Barcarena, Marituba, São João da Ponta	Atendimento Educacional Especializado
Marapanim	Marapanim	Atendimento Educacional Especializado
Marituba	Não Teve	Acessibilidade Digital
Moju	Abaetetuba, Barcarena, Igarapé Miri, Tailândia.	Práticas Pedagógicas
Peixe-Boi	Bragança, Peixe-Boi, Quatipuru e Nova Timboteua	Educação Ambiental
Ponta De Pedras	Não Houve	Educação Ambiental
Portel	Breves, Curralinho e Melgaço	Práticas Pedagógicas
São Miguel do Guamá	Castanhal, Concórdia do Pará, Irituia, Santa Maria do Pará e São Domingos do Capim.	Atendimento Educacional Especializado
Tracuateua	Augusto Correa, Bragança e Capanema.	Atendimento Educacional Especializado
Vigia	Colares, Santo Antônio Tauá, São Caetano de Odivelas.	Práticas Pedagógicas
Municípios Polo 2º semestre 2014	Municípios em Torno que participaram dos cursos.	Curso
Abaetetuba	Acará, Barcarena e Igarapé Miri	Acessibilidade Digital
Bujaru	Não teve	Atendimento Educacional Especializado
Irituia		Educação do Campo
Mãe do Rio	Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Irituia e Paragominas.	Práticas Pedagógicas
Nova Timboteua	Bonito, Capanema, Santarém Novo.	Práticas Pedagógicas.
Ourem	Não Teve	Atendimento Educacional Especializado
Salinas	São João de Pirabas e Nova Timboteua.	Atendimento Educacional Especializado

Fonte: Renafor/PROEN/UFRA

O recurso financeiro alocado foi totalmente aplicado sem necessidade de créditos adicionais ou cancelamento nas dotações. Não ocorreram eventos que pudesse ter prejudicado com relevância o desenvolvimento das ações.

Quanto às ações prioritárias na LOA, foram realizadas dentro do prazo previsto e com a aplicação dos recursos adequados para ações definidas, com empenho maior que 50%. Não ocorreram eventos dos quais houvesse necessidades da interveniência de outros setores.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação												
Código	0089.0181					Tipo: Operação Especial						
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões											
Iniciativa	-											
Objetivo	-											
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União					Código: 0089						
Unidade Orçamentária	26253											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
23.637.268,00	25.955.464,00	25.695.200,50	25.695.200,50	25.695.200,50	-	-						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
-			-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-		-	-						

O aumento no quadro de servidores teve contribuição direta com o aumento do custeio do regime de previdência dos servidores da UFRA, pois tanto os servidores ativos quanto os servidores aposentados e pensionistas tiveram majoração no desconto previdenciário e, com isso, também houve majoração na contribuição patronal da UFRA.

De acordo com os registros nos assentamentos funcionais dos servidores no exercício de 2014 foram registrados 10 novos atos de aposentadoria e 08 novos atos de pensão civil. Além disso, com a edição da Lei nº12.772, de 28/12/2012, cuja vigência foi até 01/03/2013, estabeleceu uma reestruturação da carreira dos Técnicos Administrativos e Docentes da UFRA, concedendo reajuste de 5% na tabela dos servidores técnicos e 20% na tabela dos docentes ativos, refletindo no reajuste dos servidores aposentados, conforme seguintes fundamentos legais: art. 40, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/1988; arts. 3º e 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003; art. 62-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003 (incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012) e art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

O aumento também refletiu nas pensões civis já concedidas com direito ao mesmo reajuste dos servidores ativos, cujos instituidores eram servidores aposentados com base no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 (incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012) e art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação										
Código	0901.00G5					Tipo: Operação Especial				
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor									
Iniciativa	-									
Objetivo	-									
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					Código: 0901				
Unidade Orçamentária	26253									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados				
7.747,00	7.747,00	-	-	-	-	7.747,00				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
				Previsto	Reprogramado	Realizado				
-			-	-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
-	-	-	-		-	-				

Destaca-se que a justificativa referente a Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor do Programa: Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, encontra-se prejudicada, uma vez que esta seção financeira da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, não tem gerência quanto a execução e pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação										
Código	0901.0005 Operação Especial					Tipo:				
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)									
Iniciativa	-									
Objetivo	-									
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					Código: 0901				
Unidade Orçamentária	26253									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados				
100.611,00	103.111,00	-	-	-	-	8.567,60				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
				Previsto	Reprogramado	Realizado				
-			-	-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
-	-	-	-		-	-				

Destaca-se que a justificativa referente ao cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios), do Programa: Operações especiais – cumprimento de sentenças judiciais, encontra-se prejudicada uma vez que a seção financeira da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) atende demandas judiciais encaminhadas pelo Poder Judiciário e demais órgãos de Controle do Poder Executivo referente aos servidores que encontram-se ativos ou aposentados, as quais são incluídas através do módulo Sistema Integrado de Ações Judiciais (SICAJ). Consequentemente, esta seção financeira da PROGEP não tem gerência quanto a execução e pagamento de precatórios.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação												
Código	2109.20TP					Tipo: Atividade						
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União											
Iniciativa	-											
Objetivo	-											
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109						
Unidade Orçamentária	26253											
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria									
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
62.733.437,00	75.220.105,00	74.581.903,61	74.581.903,61	74.581.903,61	-	-						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
-			-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-		-	-						

Com relação ao pagamento de pessoal ativo da UFRA, houve um aumento no gasto de 2014 em decorrência de:

- Estruturação de carreira dos técnicos administrativos e docentes, pois com a edição da Lei nº 12.772, de 28/12/2012, cuja vigência iniciou em 01/03/2013 a qual estabeleceu uma reestruturação da carreira, foi cedido reajuste de 5% na tabela de servidores técnicos e de 20% na tabela dos docentes ativos, que reflete em aumento não só do vencimento base, mas também de gratificações e vantagens cuja base de cálculo é o vencimento básico dos servidores, como por exemplo, anuênio, adicionais noturnos, adicional de insalubridade, dentre outros, bem como incentivo à qualificação, retribuição por titulação, etc.

- No exercício de 2014 houve aumento no quadro de servidores da UFRA em virtude de concurso público, aproveitamentos e processos de redistribuição, acrescentando-se um total de 84 novos servidores.

- Ao longo do ano de 2014 também foram concedidas progressões por Mérito Profissional e por Capacitação, decorrentes do Plano de Carreiras dos Técnicos Administrativos e Docentes da UFRA, cujos interstícios foram cumpridos no referido ano de exercício, contribuindo para o aumento dos gastos com pessoal ativo.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação										
Código	2109.2004					Tipo: Atividade				
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes									
Iniciativa	-									
Objetivo	-									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109				
Unidade Orçamentária	26253									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013					
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados				
1.323.288,00	1.323.288,00	1.225.633,80	1.124.851,95	1.124.851,95	-	100.781,85				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante					
-			-		Previsto	Reprogramado				
-			-		-	Realizado				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
-	-	-	-		-	-				

Quanto ao aumento de despesas com Assistência Médica referente ao resarcimento à saúde de servidores ativos, aposentados e pensionistas, justifica-se pela admissão de novos servidores, concessões de aposentadorias e pensões, portanto, acompanhando a demanda descrita no Quadro.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação							
Código	2109.2010					Tipo: Atividade	
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109	
Unidade Orçamentária	26253						
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
84.000,00	94.000,00	88.759,55	88.759,55	88.759,55	-	-	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	
-			-		-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-		-	-	

O aumento das despesas com a Assistência Pré-escolar aos dependentes de servidores ativos e aposentados ocorreu por conta da admissão de novos servidores.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação										
Código	2109.2011					Tipo: Atividade				
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares									
Iniciativa	-									
Objetivo	-									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109				
Unidade Orçamentária	26253									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados				
240.000,00	240.000,00	231.165,37	231.165,37	231.165,37	-	-				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
				Previsto	Reprogramado	Realizado				
-			-	-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
-	-	-	-		-	-				

A determinação legal que rege a concessão do auxílio-transporte encontra-se nos seguintes documentos: Lei nº 7.418/85, Decreto nº 2.880/98, Medida Provisória nº 2.165/2001, Orientação Normativa nº 04/2011, Nota Informativa nº 739/2012/CGNOR/DENOP/SEGEPE/MP. Todos os servidores da UFRA que se enquadram nas exigências legais e que protocolaram o pedido de auxílio tiveram seus processos deferidos e pagos no ano de 2014.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação										
Código	2109.2012									
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares									
Iniciativa	-									
Objetivo	-									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									
Unidade Orçamentária	Código: 2109 26253									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados				
3.262.152,00	3.512.152,00	3.460.900,45	3.460.900,45	3.460.900,45	-	-				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
-	-	-	-		-	-				

A meta física e financeira foram projetadas de forma a alcançar todos os servidores da UFRA. O referido auxílio é devido a todos os servidores públicos federais, por determinação da Lei nº 8.460/92. O fator que contribuiu sobremaneira para a superação dos resultados esperados no exercício foi a renovação do quadro de pessoal do corpo docente e técnico-administrativo da Instituição.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação							
Código	2109.00M1 Tipo: Atividade						
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109						
Unidade Orçamentária	26253						
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
69.063,00	99.063,00	48.473,67	48.473,67	48.473,67	-	-	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-		-	-	

Em razão ao óbito de servidores pertencentes ao quadro de servidores da UFRA no ano de 2014, foram pagos, em conformidade com os arts. 226 e 228, da Lei nº 8.112/90, 05 processos de auxílio funeral, sendo a base de cálculo analisada a última remuneração do servidor em vida.

No ano de 2014 foram pagos 14 benefícios de auxílio natalidade, nos termos da Portaria nº 01, de 09/01/14, que divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para efeito de pagamento de auxílio natalidade, de que trata o art. 196, da Lei nº 8.112/90.

Quadro A 5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Identificação da Ação										
Código	2109.09HB					Tipo: Atividade				
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais									
Iniciativa	-									
Objetivo	-									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109				
Unidade Orçamentária	26253									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013					
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados				
11.811.317,00	13.852.602,00	13.609.638,80	13.609.638,80	13.609.638,80	-	-				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
-	-	-	-		-	-				

Destaca-se que a justificativa referente à contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, do Programa de gestão e manutenção do MEC, encontra-se prejudicada, uma vez que esta Seção Financeira não tem gerência quanto ao repasse de contribuição, dentre outros.

5.3 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Quadro E 5.4 - Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula para Cálculo
PÓS-GRADUAÇÃO					
Crescimento do nº de cursos de doutorado Instalados	No. cursos de doutorado em 2013 = 2 (dois)	50%	50%	Não há	$\text{TxC} (\%) = \frac{(\text{NC 2014} - \text{NC 2013})}{\text{NCE 2013}} \times 100$ $\text{TxC} (\%) = \frac{(3-2) \times 100}{2} = 50\%$ <p>Em que: TxC é a Taxa de Crescimento de cursos de doutorado em % NC 2014 é o no. de cursos de doutorado em 2014 NC 2013 é o no. de cursos de doutorado em 2013</p>
Taxa de Cobertura das Bolsas de Mestrado: Representa a cobertura das bolsas de mestrado concedidas em relação ao contingente de alunos matriculados nos cursos. Indicador de eficácia	Taxa de 2013 = 78%	70%	85%	Anual	$\text{TxBM} (\%) = \frac{\text{Número total de bolsas de mestrado}}{\text{Número total de alunos matriculados no mestrado}} \times 100$ $\text{TxBM} = \frac{142 \times 100}{166} = 85\%$ <p>Explicação: Foi considerado o número total de alunos matriculados no mestrado no final do ano 2014</p>
Taxa de Cobertura das Bolsas de Doutorado: Representa a cobertura das bolsas de doutorado concedidas em relação ao contingente de alunos matriculados nos cursos. Indicador de eficácia	Taxa de 2013 = 58%	70%	77%	Anual	$\text{TxBD} (\%) = \frac{\text{Número total de bolsas de doutorado}}{\text{Número total de alunos matriculados no doutorado}} \times 100$ $\text{TxBD} = \frac{59 \times 100}{77} = 77\%$ <p>Explicação: Foi considerado o número total de alunos matriculados no doutorado no final do ano 2014</p>
Crescimento do número de alunos da PG em intercâmbio no exterior	No. de alunos da PG que fizeram estágio no exterior em 2013 = 1	200%	400%	Anual	$\text{TxAI} (\%) = \frac{(\text{NAI 2014} - \text{NAI 2013})}{\text{NAI 2013}} \times 100$ $\text{TxAI} (\%) = \frac{(5-1) \times 100}{1} = 400\%$

					$\frac{1}{\text{TxAI}} = \frac{\text{NAI} 2014 - \text{NAI} 2013}{\text{NAI} 2013} \times 100$ <p>Em que: TxAI é a Taxa de Crescimento de alunos em intercâmbio em % NAI 2014 é o no. de alunos em intercâmbio em 2014 NAI 2013 é o no. de alunos em intercâmbio em 2013</p>
Crescimento do No. de docentes que fazem estágio ou visitas de curto ou longo prazo no exterior	No. de docentes da PG que fazem estágio ou visitas de curto ou longo prazo no exterior	17%	33%	Anual	$\text{TxPI} (\%) = \frac{(\text{NPI} 2014 - \text{NPI} 2013)}{\text{NPI} 2013} \times 100$ $\text{TxPI} (\%) = \frac{(8-6) \times 100}{6} = 33\%$ <p>Em que: TxPI é a Taxa de Crescimento de professores em intercâmbio em % NPI 2014 é o no. de professores em intercâmbio em 2014 NPI 2013 é o no. de professores em intercâmbio em 2013</p>
Crescimento (%) do número de docentes da UFRA que atuam na PG	No. em 2013 = 47	10%	42,5%	Anual	$\text{TxDPG} (\%) = \frac{(\text{NDPG} 2014 - \text{NDPG} 2013)}{\text{NDPG} 2013} \times 100$ $\text{TxDPG} (\%) = \frac{(67-47) \times 100}{47} = 42,5\%$ <p>Em que: TxDPG é a Taxa de Crescimento de docentes da UFRA que atuam na PG em % NDPG 2014 é o no. de docentes da UFRA que atuam na PG em 2014 NDPG 2013 é o no. de docentes da UFRA que atuam na PG em 2013</p>
FORMAÇÃO DOCENTE					
Elaborar e aprovar o Plano de Formação dos docentes da UFRA (Planfor-UFRA)	No. de Planfor vigente em 2013 = zero	1	1	quinquenal	$\text{IO (unidades)} = \text{No. de Planfor aprovado e vigente}$
Instalar 12 bolsas no Programa Pro-Doutoral da Capes	No. de bolsas em 2013 = zero	12	5	Anual	$\text{IO (unidades)} = \text{No. de bolsas de Prodoutoral instaladas}$
PESQUISA					
No. de programas de apoio à pesquisa institucionalizados	No. de Programas aprovados no CONSEPE = 1	4	4	Anual	$\text{IO (unidades)} = \text{No. de programas aprovados no CONSEPE}$
Instalar acordo da	No. de acordos em	2	2	Sem	$\text{IO (unidades)} = \text{No. de Acordos com a CAPES}$

UFRA com Capes para Facilitar aos docentes e discentes da UFRA o acesso ao Portal de Periódicos	2013= 1			periodicidade	
Crescimento do No. de grupos de pesquisas	No. em 2013 = 39	40	39	Anual	$\text{TxDPG (\%)} = \frac{(\text{NDPG 2014} - \text{NDPG 2013})}{\text{NDPG 2013}} \times 100$ $\text{TxDPG(\%)} = \frac{(67-47) \times 100}{47} = 42,5\%$ <p>Em que: TxDPG é a Taxa de Crescimento de docentes da UFRA que atuam na PG em % NDPG 2014 é o no. de docentes da UFRA que atuam na PG em 2014 NDPG 2013 é o no. de docentes da UFRA que atuam na PG em 2013</p> $\text{IO (unidades)} = \text{No. de Grupos de Pesquisas em 2014}$
Crescimento do No. de orientadores no PIBIC	No. em 2013 = 88	10%	-14,8%	Anual	$\text{TxO (\%)} = \frac{(\text{NO 2014} - \text{NO 2013})}{\text{NO 2013}} \times 100$ $\text{TxO(\%)} = \frac{(75-88) \times 100}{88} = -14,8\%$ <p>Em que: TxO é a Taxa de Crescimento de orientadores da UFRA que atuam no PIBIC em % NO 2014 é o no. de docentes da UFRA que atuam como orientadores no PIBIC em 2014 NO 2013 é o no. de docentes da UFRA que atuam como orientadores no PIBIC em 2013</p> <p>Explicação: O quantitativo de orientadores do PIBIC em 2014 diminuiu porque aumentou o número de docentes que não atingiram a pontuação mínima exigida para receber pelo menos uma bolsa. A pontuação de cada docente é realizada com base no Currículo Lattes.</p>
Crescimento do No. de bolsas PIBIC implementada na	No. em 2013 = 184	0 %	1,1%	Anual	$\text{TxBIC (\%)} = \frac{(\text{NBIC 2014} - \text{NBIC 2013})}{\text{NBIC 2013}} \times 100$

UFRA

$$\text{TxBIC}(\%) = \frac{(186-184) \times 100}{184} = 1,1\%$$

Em que:

TxBIC é a Taxa de Crescimento do número de bolsas PIBIC em %

NBIC 2014 é o no. de bolsas PIBIC instaladas em 2014

NBIC 2013 é o no. de bolsas PIBIC instaladas em 2013

Explicação: O índice previsto de 0% indica o objetivo de manter, em 2014, o mesmo número de bolsas instaladas em 2013.

Fonte: PROPED/UFRA

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e execução das despesas

6.1.1. Programação das despesas

Quadro F 6.1.1 - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: UFRA		Código UO: 26253	UGO: 153034	
CRÉDITOS	Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
	DOTAÇÃO INICIAL	98.290.380,00	-	32.852.195,00
	Suplementares	16.848.831,00	-	9.173.285,00
	Especiais	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-
Outras Operações		-	-	-
Dotação final 2014 (A)		115.139.211,00	-	42.025.480,00
Dotação final 2013(B)		100.928.522,00	-	38.198.474,00
Variação (A/B-1)*100		14,08	-	10,02
CRÉDITOS	Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa Capital		
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
	DOTAÇÃO NICIAL	23.803.802,00	-	-
	Suplementares	6.175.300,00	-	-
	Especiais	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
	Créditos Cancelados	6.235.300,00	-	-
Outras Operações		-	-	-
Dotação final 2014 (A)		23.743.802,00	-	-
Dotação final 2013(B)		50.159.879,00	-	-
Variação (A/B-1)*100		-52,66	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial Web

6.1.1.1. Análise Situacional

Do recurso total, créditos originário, suplementar e extraordinário, disponível para a Instituição no ano de 2014, 63,6% representam o orçamento para despesas com Pessoal e Encargos Sociais, 23,2% para Outras Despesas Correntes e 13,1% para as despesas em Investimentos.

A dotação orçamentária disponibilizada para Pessoal e Encargos Sociais apresentou em 2014 um acréscimo de 14,08% em relação a 2013, visando suprir à contratação de docentes e servidores técnico-administrativos e melhoria na tabela salarial dos servidores.

No grupo Outras Despesas Correntes, houve um acréscimo de 10,02% na LOA em relação a 2013. Apesar desse aumento, os limites estabelecidos para custeio não foram suficientes para o desenvolvimento das ações institucionais em razão da reestruturação e expansão dos campi pelo interior do estado, onde as despesas com locação de mão-de-obra, sobretudo a vigilância armada, são os principais entraves que comprometem esse grupo de despesa.

Ocorreu uma redução de 52,66% dos recursos destinados a despesas de investimento em relação ao exercício anterior. Isto ocorreu pois no ano de 2013 houve um intenso aporte de recursos de capital devido a última etapa de liberação de recursos para implantação dos campi de Capanema e Tomé-Açu.

6.1.2. Movimentação de créditos interna e externa

Quadro G 6.1.2.1 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão			Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
				UG	UG	UG
Recebidos	152734	153034	12364203240050001	-	-	1.491.106,27
	153037	153034	12364203220RK0027	-	-	472,02
	154003	153034	12364203204870001	-	-	353.131,91
	154003	153034	12368203020RJ0001	-	-	2.044.450,91
	158515	153034	12364203211G00015	-	-	3.727,20
Origem da Movimentação	UG			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	154003	153034	12364203220GK0001	434.515,80	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Na 1^a parte do quadro acima não houve preenchimento pois a UFRA possui apenas uma unidade jurisdicionada, sendo assim de acordo com a Portaria TCU nº 90/2014: “*não devem ser informadas as movimentações internas entre as ugs associadas à mesma UJ*”.

Já na 2^a parte do quadro, houve o recebimento de créditos através de movimentações internas entre unidades orçamentárias do mesmo órgão, no caso o Ministério da Educação. Do valor total desse tipo de movimentação, 89,96% refere-se ao grupo de despesas correntes e 10,04% referem-se ao grupo investimentos.

Quadro H 6.1.2.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	255014	153034	10128211545720001	-	-	4.400,00
	533013	153034	04127202920WQ6000	-	-	216.818,50
	533013	153034	19572202145426000	-	-	113.550,00
	533013	153034	22333202920NK6000	-	-	125.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
	533013	153034	19572202145426000	1.268.500,00	-	-
	533013	153034	22333202920NK6000	375.000,00	-	-
	533013	153034	22691202920N86000	1.583.159,00	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial Web

No quadro acima houve o recebimento de créditos através de movimentações externas. Do total de R\$ 3.686.427,50 (Três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), 87,53% referem-se a créditos recebidos no grupo de despesas investimento, o que representa o montante de R\$ 3.226.659,00 (Três milhões, duzentos e vinte e seis mil e seiscentos e cinquenta e nove reais).

Já no grupo de despesas correntes o montante recebido foi de R\$ 459.768,50 (Quatrocentos e cinquenta e nove mil e setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), o que representa 12,47% do total de créditos recebidos através de movimentações externas.

6.1.3. Realização da despesa

6.1.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos Originários – Total

Quadro I 6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Modalidade de Contratação	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	28.251.879,49	24.110.093,52	26.860.043,97	23.225.015,65
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	618.602,58	-	618.602,58
c) Concorrência	1.099.796,25	3.383.072,67	985.095,91	3.383.072,67
d) Pregão	27.152.083,24	20.108.418,27	25.874.948,06	19.223.340,40
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	4.223.001,52	5.563.015,37	4.075.365,94	5.068.295,21
h) Dispensa	3.413.436,23	4.803.612,82	3.383.359,65	4.381.709,82
i) Inexigibilidade	809.565,29	759.402,55	692.006,29	686.585,39
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	114.965.224,27	98.126.017,50	114.964.443,90	98.092.200,80
k) Pagamento em Folha	113.886.742,91	96.971.296,07	113.886.742,91	96.937.479,37
l) Diárias	1.078.481,36	1.154.721,43	1.077.700,99	1.154.721,43
5. Outros	9.274.213,20	8.989.797,17	9.274.213,20	8.989.527,14
6. Total (1+2+3+4+5)	156.714.318,48	136.788.923,56	155.174.067,01	135.375.038,80

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Observa-se no Quadro A.6.1.3.1 que, entre as modalidades de contratação realizadas, a que possui maior montante é o item Pagamento em folha com o valor de R\$ 113.886.742,91 (Cento e treze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e um centavos) em valores pagos no ano de 2014.

Em seguida, o item Pregão com o valor de R\$ 25.874.948,06 (Vinte e cinco milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais e seis centavos) em valores pagos no ano de 2014. Ao se comparar com o ano de 2013, para o item Pagamento em folha obteve-se um aumento aproximado de 17% nos valores pagos. Já no item Pregão, o aumento foi de aproximadamente 34%.

6.1.3.2. Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos Originários – Executados diretamente pela UJ

Quadro J 6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: UFRA		Código UO:26253		UGO: 153034	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		28.251.879,49	24.110.093,52	26.860.043,97	23.225.015,65
a) Convite		-	-	-	-
b) Tomada de Preços		-	618.602,58	-	618.602,58
c) Concorrência		1.099.796,25	3.383.072,67	985.095,91	3.383.072,67
d) Pregão		27.152.083,24	20.108.418,27	25.874.948,06	19.223.340,40
e) Concurso		-	-	-	-
f) Consulta		-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)		4.223.001,52	5.563.015,37	4.075.365,94	5.068.295,21
h) Dispensa		3.413.436,23	4.803.612,82	3.383.359,65	4.381.709,82
i) Inexigibilidade		809.565,29	759.402,55	692.006,29	686.585,39
3. Regime de Execução Especial		0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos		-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		114.965.224,27	98.126.017,50	114.964.443,90	98.092.200,80
k) Pagamento em Folha		113.886.742,91	96.971.296,07	113.886.742,91	96.937.479,37
l) Diárias		1.078.481,36	1.154.721,43	1.077.700,99	1.154.721,43
5. Outros		9.274.213,20	8.989.797,17	9.274.213,20	8.989.527,14
6. Total (1+2+3+4+5)		156.714.318,48	136.788.923,56	155.174.067,01	135.375.038,80

Fonte: SIAFI Gerencial Web

6.1.3.3. Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Total

Quadro K 6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: UFRA		Código UO: 26253			UGO: 153034		
DESPESAS CORRENTES							
Grupos de Despesa		Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal		2014	2013	2014	2014	2013	2014
3190.11 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil		73.210.880,08	59.254.984,41	73.210.880,08	59.254.984,41	-	59.242.041,52
3190.01 – Aposentadoria, reserva remunerada e reformas		18.158.804,12	16.463.515,85	18.158.804,12	16.463.515,85	-	16.463.262,23
3190.13 – Obrigações patronais		13.824.408,14	11.757.956,01	13.824.408,14	11.757.956,01	-	13.824.408,14
Demais elementos do grupo		8.692.650,57	9.494.839,80	8.692.650,57	9.494.839,80	-	8.692.650,57
2. Juros e Encargos da Dívida		Não há					
3. Outras Despesas Correntes							
3390.30 – Material de consumo		-	-	-	-	1.968.889,62	-
3390.39 – Serviços de terceiros – pessoa jurídica		-	-	-	-	663.796,66	-
3390.18 – Auxílio financeiro a estudantes		-	-	-	-	553.842,82	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	29.593,32	-
3390.39 – Serviços de terceiros – pessoa jurídica		-	-	-	2.128.267,19	-	-
3390.30 – Material de consumo		-	-	-	1.478.965,37	-	-
3390.18 – Auxílio financeiro a estudantes		-	-	-	606.072,83	-	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	39.793,68	-	-
3390.37 – Locação de mão-de-obra		17.532.170,35	14.520.880,86	17.530.398,30	14.520.880,86	-	17.511.106,58
3390.39 – Serviços de terceiros – pessoa jurídica		7.462.992,85	8.924.118,25	5.440.519,76	6.955.228,63	-	5.294.865,55
3390.46 – Auxílio alimentação		3.401.132,30	3.146.756,15	3.401.132,30	3.146.756,15	-	3.401.132,30
Demais elementos do grupo		11.703.216,39	9.497.278,36	9.834.836,26	8.250.045,56	-	9.681.767,11
DESPESAS DE CAPITAL							
Grupos de Despesa		Empenhada	Liquidada	RP não Processados	Valores Pagos		
4. Investimentos		2014	2013	2014	2014	2013	2014
4490.51 – Obras e instalações		-	21.377.259,18	-	4.557.845,90	-	4.557.845,90
4490.52 – Equipamentos e material permanente		-	19.242.088,28	-	2.344.192,36	-	2.303.085,42
4490.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		-	42.678,00	-	42.678,00	-	42.678,00
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-
4490.52 – Equipamentos e material permanente		8.517.079,20	-	5.444.017,99	-	17.728.580,13	16.897.895,92
4490.51 – Obras e instalações		6.152.439,17	-	1.166.770,96	-	17.284.236,74	16.819.413,28
						1.025.523,54	-

4490.37 – Locação de mão-de-obra	10.678,00	-	9.900,00	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras					Não há				
6. Amortização da Dívida					Não há				

Fonte: SIAPE Gerencial Web

Observa-se que no Quadro A.6.1.3.3 o grupo com maior montante empenhado em 2014 foi o de Pessoal, representando 67,52% do total de R\$168.666.451,17 (Cento e sessenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos) seguido de Outras Despesas Correntes, com 23,77%, e, por fim, Investimentos, com 8,70%.

Assim como no ano de 2013, o elemento de despesa Locação de mão-de-obra é o item com maior montante empenhado. Este item compõe os serviços de limpeza e conservação, apoio administrativo e sobretudo, vigilância armada.

Ao se comparar o montante empenhado nos anos de 2013 e 2014, observa-se um acréscimo de 20,73 % nesse elemento. Os serviços de terceiros pessoa jurídica é o segundo elemento de despesa com maior montante empenhado dentro do grupo de despesa Outras Despesas Correntes. O serviço mais representativo neste elemento é o fornecimento de energia elétrica.

No grupo de despesa investimentos o elemento de despesa com maior montante empenhado é o que se refere a aquisição de equipamentos e material permanente com um montante de R\$ 8.517.079,20 (Oito milhões, quinhentos e dezessete mil, setenta e nove reais e vinte centavos), o que representa 58,01% do montante empenhado neste grupo.

6.1.3.4. Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Valores executados diretamente pela UJ

Quadro L 6.1.3.4 - Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: UFRA		Código UO: 26253		UGO: 153034			
DESPESAS CORRENTES							
Grupos de Despesa		Empenhada	Liquidada	RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal		2014	2013	2014	2013	2014	2013
3190.11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil		73.210.880,08	59.254.984,41	73.210.880,08	59.254.984,41	-	-
3190.01 - Aposentadoria, reserva remunerada e reformas		18.158.804,12	16.463.515,85	18.158.804,12	16.463.515,85	-	-
3190.13 - Obrigações Patronais		13.824.408,14	11.757.956,01	13.824.408,14	11.757.956,01	-	-
Demais elementos do grupo		8.692.650,57	9.494.839,80	8.692.650,57	9.494.839,80	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida		Não há					
3. Outras Despesas Correntes							
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica		-	-	-	-	1.968.889,62	-
3390.30 - Material de consumo		-	-	-	-	663.796,66	-
3390.18 - Auxílio Financeiro a Estudantes		-	-	-	-	553.842,82	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	29.593,32	-
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica		-	-	-	-	2.128.267,19	-
3390.30 - Material de consumo		-	-	-	-	1.478.965,37	-
3390.18 - Auxílio Financeiro a Estudantes		-	-	-	-	606.072,83	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	39.793,68	-
3390.37 - Locação de mão-de-obra		17.532.170,35	14.520.880,86	17.530.398,30	14.520.880,86	-	-
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica		7.462.992,85	8.924.118,25	5.440.519,76	6.955.228,63	-	-
3390.46 - Auxílio alimentação		3.401.132,30	3.146.756,15	3.401.132,30	3.146.756,15	-	-
Demais elementos do grupo		11.703.216,39	9.497.278,36	9.834.836,26	8.250.045,56	-	-
DESPESAS DE CAPITAL							
Grupos de Despesa		Empenhada	Liquidada	RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos		2014	2013	2014	2013	2014	2013
4490.51 - Obras e instalações		-	21.377.259,18	-	4.557.845,90	-	-
4490.52 - Equipamentos e material permanente		-	19.242.088,28	-	2.344.192,36	-	-
4490.39 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		-	42.678,00	-	42.678,00	-	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-
4490.52 - Equipamentos e material permanente		8.517.079,20	-	5.444.017,99	-	17.728.580,13	16.897.895,92
4490.51 - Obras e instalações		6.152.439,17	-	1.166.770,96	-	17.284.236,74	16.819.413,28
						4.372.929,02	-
						1.025.523,54	-

4490.37 - Locação de mão-de-obra	10.678,00	-	9.900,00	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras				Não há				
6. Amortização da Dívida				Não há				

Fonte: SIAPÉ Gerencial Web

6.1.3.5. Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação

Quadro M 6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Crédito de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidadada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	165.900,86	174.608,64	158.622,85	174.608,64
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	165.900,86	174.608,64	158.622,85	174.608,64
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	2.757.969,50	2.556.556,00	2.757.969,50	2.556.556,00
h) Dispensa	2.757.969,50	2.556.556,00	2.757.969,50	2.556.556,00
i) Inexigibilidade	0,00	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.233.314,76	1.586.584,32	1.233.314,76	1.585.079,82
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	1.233.314,76	1.586.584,32	1.233.314,76	1.585.079,82
5. Outros	1.614.164,41	6.638.639,13	1.614.164,41	5.939.877,83
6. Total (1+2+3+4+5)	5.771.349,53	10.956.388,09	5.764.071,52	10.256.122,29

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Observa-se no Quadro A.6.1.3.5 que, entre as modalidades de contratação realizadas, a que possui maior montante é o item Dispensa de licitação com o valor de R\$ 2.757.969,50 (Dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos) em valores pagos no ano de 2014.

Em seguida, o item Diárias com o valor de R\$ 1.233.314,76 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, trezentos e quatorze reais e setenta e seis centavos) em valores pagos no ano de 2014. Ao se comparar com o ano anterior, para o item Diárias obtive-se uma redução de 22,19% nos valores pagos.

6.1.3.6. Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação

Quadro N 6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidaada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida			Não há					
3. Outras Despesas Correntes			Não há					
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.313.971,91	-	-	-	-	-	-	-
3390.48 - Outros auxílios financeiros á pessoa física	1.291.696,84	-	-	-	-	-	-	-
3390.36 - Serviços de terceiros - pessoa física	950.581,82	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	796.635,34	-	-	-	-	-	-	-
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica	-	-	-	-	2.128.267,19	-	-	-
3390.30 - Material de consumo	-	-	-	-	1.478.965,37	-	-	-
3390.18 - Auxílio financeiro á estudantes	-	-	-	-	606.072,83	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	39.793,68	-	-	-
3390.48 - Outros auxílios financeiros á pessoa física	-	-	1.291.696,84	-	-	-	1.291.696,84	-
3390.36 - Serviços de terceiros - pessoa física	-	-	950.581,82	-	-	-	950.581,82	-
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica	-	-	799.810,50	-	-	-	799.810,50	-
Demais elementos do grupo	-	-	771.101,37	-	-	-	763.823,36	-
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica	-	-	-	-	-	244.928,00	-	-
3390.30 - Material de consumo	-	-	-	-	-	104.376,93	-	-
3390.33 - Passagens e despesas com locomoção	-	-	-	-	-	47.278,41	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica	-	-	-	-	-	-	-	2.895.356,00
3390.36 - Serviços de terceiros - pessoa física	-	-	-	-	-	-	-	1.119.328,40
3390.30 - Material de consumo	-	-	-	-	-	-	-	1.070.062,58
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	1.514.282,11
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica	-	3.348.544,00	-	3.103.616,00	-	-	-	-
3390.30 - Material de consumo	-	1.233.240,81	-	1.128.863,88	-	-	-	-
3390.36 - Serviços de terceiros - pessoa física	-	1.120.832,90	-	1.120.832,90	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	1.973.760,52	-	1.926.482,11	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidaada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
4490.39- Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.958.159,00	-	1.958.159,00	-	-	-	1.958.159,00	-

4490.52 - Equipamentos e material permanente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4490.52 - Equipamentos e material permanente	-	-	-	-	-	17.728.580,13	-	-	-
4490.51 - Obras e instalações	-	-	-	-	-	17.284.236,74	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4490.52 - Equipamentos e material permanente	-	4.112.193,20	-	3.676.593,20	-	435.600,00	-	3.657.093,20	-
4490.51 - Obras e instalações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	Não há								
6. Amortização da Dívida	Não há								

Fonte: SIAPE Gerencial Web

No Quadro A.6.1.3.6, o grupo com maior montante empenhado, em 2014, é o de Outras Despesas Correntes, representando 68,97% do total de R\$ 6.311.044,91 (Seis milhões, trezentos e onze mil, quarenta e quatro reais e noventa e um centavos), seguido do grupo Investimentos com 31,03%.

Assim como no ano de 2013, o elemento de despesa Serviços de terceiros pessoa jurídica é o item com maior montante empenhado no grupo Outras despesas correntes.

Destaca-se neste exercício 2014, o item Outros auxílios financeiros a pessoa física como o segundo elemento com o maior montante empenhado neste grupo. Ele compreende o pagamento dos bolsistas de residência multiprofissional do hospital veterinário da UFRA.

No grupo de despesa investimentos o elemento de despesa com maior montante empenhado é o que se refere a Outros serviços de terceiros pessoa jurídica com um montante de R\$ 1.958.159,00 (Um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil e cento e cinquenta e nove reais). Já o elemento equipamentos e material permanente teve empenhado o montante de R\$ 1.703.015,80 (Hum milhão, setecentos e três mil, quinze reais e oitenta centavos).

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro O 6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	12.364.2032.20RK.0015	R\$ 48.720,00	R\$ 36.304,00
	12.364.2032.20GK.0015	R\$ 29.592,15	R\$ 0,00
	12.368.2030.20RJ.0015	R\$ 19.425,00	R\$ 19.425,00
Legal	12.364.2032.20RK.0015	R\$ 359.182,00	312.473,44
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SPO/UFRA

As despesas com ações de publicidade e propaganda (exercício 2014) da UFRA se deram através da Publicidade Institucional e da Publicidade Legal.

Na realização da publicidade institucional, no exercício de 2014, a UFRA adquiriu serviços gráficos através do Pregão eletrônico nº 27/2014 (realizado com o objetivo de contratar serviços diversos de confecção de material para divulgação de eventos e ações promovidas pela Universidade).

As empresas ganhadoras do processo licitatório firmaram Ata de Registro de Preços junto à Instituição. A publicidade institucional realizada pela universidade cumpriu com o objetivo de divulgação dos programas e ações para as quais os materiais gráficos foram solicitados, contribuindo, também, para o fortalecimento e valorização institucional. Os serviços gráficos confeccionados foram utilizados para divulgação e consequente realização do XII Seminário Anual de Iniciação Científica da UFRA, I Semana Acadêmica da UFRA (I UFRA Porteiras Abertas) e, também, pelo Programa de Formação Continuada – Rede Nacional de Formação Continuada (Renafor/UFRA).

Pertinente à publicidade legal, a instituição atendeu às prescrições legais, publicando, através do Diário Oficial da União (Imprensa Nacional) e de jornais de grande circulação regional (Diário do Pará e O Liberal), avisos, atas, editais, decisões e outros comunicados necessários ao cumprimento legal de divulgação. As publicações legais em jornais de grande circulação realizadas pela UFRA ocorreram através de contrato firmado com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Durante o exercício de 2014 estavam vigentes o Segundo Termo Aditivo (02/02/2013 a 01/02/2014 – publicado no D.O.U. Seção 3, em 20/02/2013) e Terceiro Termo Aditivo (02/02/2014 a 01/02/2015 – publicado no D.O.U. Seção 3, em 18/02/2014), do Contrato nº 01/2011, de Prestação de Serviços de Distribuição de Publicidade Legal, celebrado entre Universidade Federal Rural da Amazônia e a Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC.

6.3 Reconhecimento de passivos por Insuficiência de créditos ou recursos

Todas as despesas executadas pela UFRA em 2014, tinham uma prévia dotação no orçamento da União, portanto, não houve em 2014 reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro P 6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	37.765.614,96	25.408.675,12	-48.194,33	12.308.745,51
2012	1.545.102,12	563.851,33	-99.330,66	881.920,13
2011	862.940,82	68.937,88	-26.824,90	767.178,04
2010	215.563,55	0,00	0,00	215.563,55
2009	44.324,91	7.163,72	0,00	37.161,19

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	2.114.150,53	2.113.880,53	0,00	270,00
2012	225.829,27	225.140,86	0,00	688,41
2011	393,79	0,00	0,00	393,79
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial Web

6.4.1. Análise crítica

O Quadro A.6.4 contempla o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo apurado no dia 31/12/2014. Os dados estão divididos em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados.

Em 2014, a Instituição possuía R\$ 40.433.546,36 (Quarenta milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos) inscritos em RP não Processados e R\$ 2.340.373,59 (Dois milhões, trezentos e quarenta mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e nove centavos) inscritos em RP Processados, os quais somados totalizavam R\$ 42.773.919,95 (Quarenta e dois milhões, setecentos e setenta e três mil, novecentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos).

Desse total, houve o pagamento de R\$ 28.387.649,44 (Vinte e oito milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), que representam 66,36% do montante inscrito, demonstrando a atuação da UFRA na política de redução dos saldos de Restos a pagar.

6.5 Transferência de recursos

6.5.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro Q 6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Universidade Federal Rural da Amazônia								
CNPJ: 05.200.001/0001-01			UG/GESTÃO: 153034					
Informações sobre as Transferências								
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.
			Globa l	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício		
3	01/2014	153103	36,00 0,00	-	-	-	05/03/14	05/03/15 4
3	02/2014	153103	257,5 20,00	-	-	-	01/07/14	01/07/15 1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 – Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 – Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 – Excluído
	6 - Rescindido
	7 – Arquivado

Fonte: DCC/UFRA

6.5.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro R 6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Universidade Federal Rural da Amazônia					
	CNPJ:	05.200.001-01				
UG/GESTÃO:	153034					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	2	-	2	-	-	131.135,90
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	2	-	2	-	-	131.135,90

Fonte: DCC/UFRA

Nota de esclarecimento: Do montante repassado em 2012; foi repassado ao IFPA a 2ª parcela em 20/03/2012 no valor de R\$ 131.135,90. Em 21/11/2012 o IFPA fez devolução de crédito no valor de R\$ 90.993,98. Saldo de R\$ 40.141,90.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro S 7.1.1.1 – Força de trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.215	782	83	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.215	782	83	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.215	780	82	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	02	01	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	26**	17	7
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	02	00	00
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.215	810	100	23

Fonte: SIAPE_Seção de Cadastro/PROGEP/UFRA

Notas: (*)Total dos servidores que possuíam vínculo contratual com a Instituição até 31/12/2014.

(**) Em razão de Decisão Judicial em caráter liminar da 2ª Vara Federal da Justiça Federal (Seção Judiciária do Estado do Pará), proferida no Processo 35821-49.2014.4.01.3900, houve a reintegração à função de 01 professor substituto. Como a Portaria de rescisão de contrato foi tornada sem efeito em 09/02/2015, a ruptura do vínculo, para efeitos práticos, não ocorreu. Dessa forma, foi contabilizado apenas o seu ingresso.

Quadro T 7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	435	347
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	435	347
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	433	347
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	26***
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	02	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	437	373

Fonte: Seção de Cadastro/PROGEP/UFRA

Nota: (***) Contratos vigentes de Professores Visitantes e Substitutos.

Quadro U 7.1.1.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	54	54	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	50	54	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	0	1	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	127	89	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	127	89	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	181	143	01	0

Fonte: PROGEP/UFRA

De acordo com análise dos dados apresentados nos Quadros A.7.1.1.1, A.7.1.1.2 e A.7.1.1.3, que referem-se a força de trabalho, a PROGEP/UFRA entende como relevante as seguintes questões.

A quantidade insuficiente de servidores disponíveis frente às necessidades da Universidade decorre da não realização de Concurso Público para provimento dos cargos desocupados, em virtude desta Instituição não possuir estrutura física, de equipamentos e pessoal especializado para realização do certame. Neste sentido, a Universidade está tomando as providências para a realização do Concurso no primeiro semestre de 2015, através da contratação de empresa ou fundação especializada.

Na questão da Aposentadoria de servidores na UFRA é relevante se considerar que existe em seu quadro 782 servidores e que a partir de 2014/2015 cerca de 100 servidores já terão preenchidos os requisitos de tempo/idade para requerer tal benefício. Mesmo havendo concurso para preenchimento dessas vagas, há que se considerar o conhecimento e a experiência desses servidores, que ao saírem, levarão consigo. Nesse sentido, a Instituição deverá instituir manuais de procedimentos a partir de 2015 para dar continuidade aos fluxos de processos buscando minimizar possíveis prejuízos.

Quando se trata de afastamento de docentes, não há impacto significante, considerando que há possibilidade de processo seletivo para contratação de professor substituto, mas quando se trata de técnico, há impacto, pois não há uma política de substituição. Este ano, a UFRA passou por uma situação atípica, o que sobrecarregou muito algumas unidades da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, fato decorrente do afastamento preventivo para averiguação de possíveis irregularidades na folha de pagamento.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro V 7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante												
Nome: Universidade Federal Rural da Amazônia					CNPJ:05200001/0001-01							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim	P	C	P	C	S	
2011	L	O	25/2011	34849836/0001-87	02/01/2014	01/01/2016	0	89	0	0	0	P
2011	V	O	13/2011	12066015/0006-46	30/11/2011	31/12/2014	204	87	0	0	0	E

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Prefeitura/UFRA

7.2.2. Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro W 7.2.2 – Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra

Unidade Contratante												
Nome: Universidade Federal Rural da Amazônia												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C		
2011	2;4;7;8; 9 e 12	O	10/2011	06855175/ 0001-67	31/08/2 013	30/08 /2015	61	60	0	0	0	P
2012	8	O	15/2012	09241070/ 0001-06	12/11/2 012	10/05 /2015	8	7	0	0	0	P
2013	12	O	69/2013	348498360 001-87	23/01/2 014	22/01 /2016	100	67	0	0	0	A

Observações:

LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
---	---

Fonte: Prefeitura/UFRA

7.2.3. Análise Crítica

Os contratos nº 25/2011, 69/2013 e 15/2012 não apresentam anormalidades que resultem em qualquer dificuldade em suas administrações.

O Contrato nº 13/2011 passou a apresentar problemas a partir do mês de setembro, quando ocorreu o primeiro atraso no pagamento dos salários dos empregados. Aplicamos as multas contratuais cabíveis. Fato que se repetiu nos meses subsequentes. O contrato não foi prorrogado em sua data de aniversário, encerrando-se em 31/12/2014.

O Contrato nº 10/2011 passou a apresentar problemas a partir do mês de Outubro, quando ocorreu o atraso no pagamento dos funcionários. Aplicamos as multas contratuais cabíveis. Fato se repetiu em dezembro, com as aplicações das penalidades previstas em contrato. Estamos acompanhando a situação com máxima atenção e providenciando uma nova licitação a ser lançada o mais breve possível.

7.2.4. Contratação de Estagiários – Aguardando a parte da PROGEP (Valores)

Quadro X 7.2.4 – Composição de Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	742.299,54
1.1 Área Fim	87	86	87	85	-
1.2 Área Meio	44	49	49	49	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	134.429,00
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	43	33	36	36	-
3. Total (1+2)	174	168	172	170	876.728,54

Análise Crítica: -

Fonte: Divisão de Estágio, PROEX/PROGEP/UFRA

8. GESTÃO DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIOS

8.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

A UFRA é uma Instituição Federal de Ensino que atua predominantemente na área de Ciências Agrárias com Sede em Belém e mais cinco *campi* no interior do Estado. Muitas atividades curriculares são desenvolvidas nas áreas rurais, o que demandam grande quantidade de viagens, com deslocamento de discentes e docentes para desenvolvimento de atividades como aulas práticas e pesquisa de campo.

Além de atender esse tipo de demanda relacionada diretamente a atividade fim da instituição (ensino, pesquisa e extensão), há ainda a demanda relacionada as atividades administrativas da UFRA. O deslocamento do corpo administrativo entre os municípios onde situam-se os *campi* são constantes devido a necessidade inerente à administração, como por exemplo: entrega de documentos, materiais, bens e pessoal para manutenção. A forma de Utilização da frota de veículos usados na UFRA está de acordo com a Lei nº 1.081 de 1950 e IN 03/2008 SLTI/MPOG.

Na Tabela 6 apresenta-se a quantidade de veículos em uso e na responsabilidade da Instituição, discriminados por grupos, segundo Classificação, Média Anual de quilômetros rodados e Idade Média da frota:

Tabela 6 – Classificação da frota de veículos da UFRA, 2014.

Classificação	Total	km/Média	Idade/Média
Transporte Institucional (SUVs, Pick up, Automóveis)	33	361.882	05
Transporte Individual (Moto)	4	3.060	07
Transporte de Cargas (Caminhões)	4	11.480	02
Transporte Coletivo (Ônibus, Microônibus e Vans)	30	755.593	06
Máquinas Agrícolas (Tratores)	5	-	08

Fonte: Prefeitura do Campus.

Os custos associados à manutenção da frota estão discriminados na Tabela 7.

Tabela 7 – Custos de manutenção da frota de veículos da UFRA, 2014.

Custos	Valor Anual (aproximados)
Combustíveis	284.412,60
Manutenção	348.084,75
Pessoal (motorista, mecânico, tratorista, lavador, administrativo)	1.282.539,60

Fonte: Prefeitura

Não existe previsão de substituição da frota até o ano de 2016 em razão da idade dos veículos.

Como a Instituição depende de repasse de verbas do Governo federal, a UFRA não tem condições orçamentárias, nem financeiras de arcar com o aumento considerável nos valores do custeio provocado pela terceirização integral do serviço de transporte.

A ferramenta que a Seção de Transportes possui é o Sistema de Controle de Frotas, contratado junto à empresa Ticket Serviços S/A.

8.2 Gestão do patrimônio imobiliário

8.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro Y 8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da união de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	Município	13	13
	Belém	01	01
	Benevides	01	01
	Capanema	01	01
	Capitão Poço	01	01
	Castanhal	01	01
	Paragominas	01	01
	Salinópolis	01	01
	Santarém	05	05
	Tomé-Açu	01	01
Subtotal Brasil		13	13
EXTERIOR	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		13	13

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Espacial da União – SPIUnet/SPM

Obs.: O Campus de Parauapebas ainda não consta no SPIUnet, pois está em processo de regularização.

8.2.2. Imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro Z 8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
153034	0427.00726.500-7	21	3	787.126.800,00	11/04/2012	798.885.517,79	-	-
153034	0429.00014.500-2	21	3	173.600,00	30/11/2000	209.457,75	-	-
153034	0443.00028.500-4	21	3	2.179.353,80	22/03/2011	2.179.353,80	-	-
153034	0445.00001.500-3	21	3	8.853,00	29/06/2012	8.853,00	-	-
153034	0447.00183.500-0	10	3	794.160,00	02/01/2003	1.030.605,05	-	-
153034	0509.00025.500-4	21	3	1.638,00	19/07/2012	1.638,00	-	-
153034	0523.00005.500-0	21	3	147.874,20	17/11/2000	147.874,20	-	-
153034	0535.00078.500-2	21	3	408.223,90	07/05/2009	408.223,90	-	-
153034	0535.00087.500-1	21	3	40.744,20	16/06/2009	40.744,20	-	-
153034	0535.00101.500-6	21	3	880.250,00	16/06/2009	2.689.996,07	-	-
153034	0535.00103.500-7	21	3	406.084,70	16/06/2009	406.084,70	-	-
153034	0535.00164.500-0	21	3	343.112,70	06/08/2009	343.112,70	-	-
153034	0559.00030.500-8	21	3	5.740,00	29/06/2012	5.740,00	-	-
Total							-	-

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Espacial da União – SPIUnet.

Quadro AA 8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA
	Endereço	Av. Perimetral, nº 2501 – Terra Firme – Belém
Identificação do Cessionário	CNPJ	-
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão onerosa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para uso exclusivo como posto de serviço bancário, que deverá atender preferencialmente os servidores.
	Prazo da Cessão	14/10/2010 a 13/10/2015
	Caracterização do espaço cedido	Prédio nº 50 do Campus da UFRA em Belém
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.200,00 mensais
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA.

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA
	Endereço	Av. Perimetral, nº 2501 – Terra Firme – Belém
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.659.166/0001-02
	Nome ou Razão Social	CPNOR – IBAMA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Apoio à pesquisa e extensão
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio à pesquisa e extensão
	Prazo da Cessão	08/11/2010 a 07/11/2015
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de um Bem Imóvel em 826,94m ² , situado no Campus Belém da UFRA, a qual destina-se ao usufruto do CEPNOR/IBAMA.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA.

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
Endereço		Av. Perimetral, nº 2501 – Terra Firme - Belém
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.821.471/001-23
	Nome ou Razão Social	Fundação de Apoio a Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Apoio à pesquisa e extensão
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão onerosa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para uso exclusivo dentro das finalidades que lhe confere o Estatuto de Cessionário.
	Prazo da Cessão	15/04/2010 a 13/04/2015
	Caracterização do espaço cedido	Prédio nº 56, denominado Casa Residencial 2, do Campus da UFRA em Belém
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 400,00 mensais
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA.

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
Endereço		Av. Perimetral, nº 2501 – Terra Firme - Belém
Identificação do Cessionário	CNPJ	-
	Nome ou Razão Social	Secretaria de Estado de Educação - SEDUC
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço Público Estadual
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funciona a Escola Estadual Mário Barbosa - "E.E. Mário Barbosa", localizada na Av. Perimetral.
	Prazo da Cessão	30/08/2007 a 30/08/2027
	Caracterização do espaço cedido	Escola Estadual
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA.

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
Endereço		Av. Perimetral, nº 2501 – Terra Firme - Belém
Identificação do Cessionário	CNPJ	-
	Nome ou Razão Social	Sindicato dos Trabalhadores da Ufra – SintUFRA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Movimento sindical
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para o funcionamento do movimento sindical
	Prazo da Cessão	17/07/2009 a 16/07/2014
	Caracterização do espaço cedido	Espaço coberto, tipo barracão
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA.

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
Endereço		Av. Perimetral, nº 2501 – Terra Firme – Belém
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.659.166/0001-02
	Nome ou Razão Social	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Apoio à pesquisa e extensão
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio à pesquisa e extensão
	Prazo da Cessão	24/05/2010 a 23/05/2025
	Caracterização do espaço cedido	Uma área de 15.000m ² de sua propriedade, localizado na Estação Experimental de Benfica – Benevides.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA.

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
Endereço		Av. Perimetral, nº 2501 – Terra Firme - Belém
Identificação do Cessionário	CNPJ	-
	Nome ou Razão Social	Secretaria de Estado de Educação - SEDUC
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço Público Estadual
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para o funcionamento, em regime de convênio, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Virgílio Libonatti", com vistas ao atendimento do interesse e utilidade pública.
	Prazo da Cessão	30/12/2008 a 30/12/2018
	Caracterização do espaço cedido	Escola Estadual
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA.

8.2.3. Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Quadro BB 8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Ocup.	0427.00726.500-7	3	787.126.800,00	11/04/12	798.885.517,79	-	-
Ocup.	0429.00014.500-2	3	173.600,00	30/11/00	209.457,75	-	-
Ocup.	0443.00028.500-4	3	2.179.353,80	22/03/11	2.179.353,80	-	-
Ocup.	0445.00001.500-3	3	8.853,00	29/06/12	8.853,00	-	-
Ocup.	0447.00183.500-0	3	794.160,00	02/01/03	1.030.605,05	-	-
Ocup.	0509.00025.500-4	3	1.638,00	19/07/12	1.638,00	-	-
Ocup.	0523.00005.500-0	3	147.874,20	17/11/00	147.874,20	-	-
Ocup.	0535.00078.500-2	3	408.223,90	07/05/09	408.223,90	-	-
Ocup.	0535.00087.500-1	3	40.744,20	16/06/09	40.744,20	-	-
Ocup.	0535.00101.500-6	3	880.250,00	16/06/09	2.689.996,07	-	-
Ocup.	0535.00103.500-7	3	406.084,70	16/06/09	406.084,70	-	-
Ocup.	0535.00164.500-0	3	343.112,70	06/08/09	343.112,70	-	-
Ocup.	0559.00030.500-8	3	5.740,00	29/06/12	5.740,00	-	-
Vazios							
Não há							
Total						-	-

Fonte: SPIUnet/SPM/UFRA

8.3 Bens imóveis locados de terceiros

Quadro CC 8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso especial Locados de Terceiros.

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros della UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	Município		
	Capanema (PA)	01	-
Subtotal Brasil			
EXTERIOR	PAÍS		
	-	-	-
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			01

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA.

Obs.: Locação do imóvel no município de Capanema-PA para fins não residenciais. O espaço é utilizado para atender atividades acadêmicas e administrativas dos cursos de graduação em Agronomia, Administração, Bacharelado e Licenciatura em Biologia da UFRA, Ciências Contábeis, Engenharia Ambiental. Termo de Contrato nº 12/2014.

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2014 – Promover a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original, ora aditado, por mais 12 (doze) meses.

UFRA & Sr. Manoel Domingos dos Santos (033.876.072.53).

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

As informações sobre sistemas computacionais estão diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da UFRA, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 – Relação de sistemas utilizados na UFRA em 2014 e suas funções.

SISTEMA	FUNÇÃO
SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos)	Permite gerenciar processos de negócio relacionados a administração do orçamento, patrimônio, material e consumo, compras, licitações, protocolos, etc.
SIGRH (Sistemas Integrado de Gestão de Recursos Humanos)	Permite gerenciar processos de negócio relacionado à Administração de Recursos Humanos (solicitação de férias, resarcimento de valores referentes a plano de saúde, cadastro de servidores, capacitação, frequência, relatórios gerenciais, etc.)
SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)	Permite gerenciar os processos de negócio relacionados a administração da comunidade acadêmica (discentes e docentes) – matrícula online, portal docente e discente, lançamento de notas, biblioteca, etc.

Fonte: STIC/UFRA.

Tabela 9 – Eventuais necessidade de novos sistemas informatizados ou funcionalidades.

SISTEMA	FUNÇÃO
SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos)	Módulo de Patrimônio: Alterações na funcionalidade de cadastro para agilizar o registro do patrimônio móvel adquirido pela instituição.
SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)	Mudança no regimento interno da graduação. Com esta mudança será necessário alterar as regras de negócio relacionadas ao sistema de avaliação e lançamento de notas para os discentes de graduação.

Fonte: STIC/UFRA.

No Quadro A.9.1 consta a relação dos contratos que vigeram no exercício 2014, incluindo a descrição de seus objetos, demonstração dos custos relacionados, dados dos fornecedores e vigência:

Quadro DD 9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo
			CNPJ	Denominação	
02/2014	Tem como objeto, pelo lado da proponente (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN), viabilizar, em conjunto com a concedente (Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA) e de acordo com as regras estabelecidas no presente instrumento, a execução do projeto de implantação de módulos dos sistemas SIG – UFRN na concedente, conforme plano de trabalho anexo e parte integrante do acordo de vontade entre as partes.	01/07/14 a 30/06/15	24.365.710/0001-83	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	R\$257.520,00

Fonte: STIC/UFRA

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE

10.1 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

Quadro EE 10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	-
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	-
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	-	X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.	-	X
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.	-	X
Considerações Gerais			
Em 2014 foi constituída a Comissão para elaborar o Plano de Logística Sustentável da UFRA. Os trabalhos estão em curso obedecendo os preceitos da Agenda Ambiental da Administração Pública.			

Fonte: Comissão Permanente de Licitação e Comissão de Gestão Ambiental.

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Quadro FF 11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA					Código SIORG 457
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 000.405/2014-0	1456/2014-Plenário	9.3	DE	Ofício 0073/2014-TCU/SECEX-PA, de 16/01/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. Notificar a Universidade Federal Rural da Amazônia, com base no art. 179, § 6º, do Regimento Interno do TCU, que:</p> <p>9.3.1. Os serviços respectivos à manutenção dos veículos a que se referem os itens 10.1 e 10.2 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico 81/2013, somente devem ser autorizados e pagos após a comprovação da vantagem do preço de cada intervenção, devidamente comprovada mediante pesquisa de no mínimo três empresas do ramo, em harmonia com os princípios da motivação e da economicidade;</p> <p>9.3.2. Nos demais editais para contratação de serviços congêneres, faça constar do instrumento convocatório cláusula expressa disposta sobre a exigência inscrita no subitem anterior;</p> <p>9.4. Encaminhar cópia desta decisão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à representante e à Universidade Federal Rural da Amazônia;</p> <p>9.5. Arquivar os presentes autos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró Reitoria de Administração e Finanças - PROAF e Comissão Permanente de Licitação – CPL					457
Síntese da Providência Adotada					
A universidade tomou ciência, e já está implementando os procedimentos para contratação de bens e serviços de acordo com a recomendação exarada pelo TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A universidade reviu seus atos administrativos e os retificou obedecendo a legislação vigente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Deliberação do TCU					Código SIORG
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 029.231/2011-6	7020/2014-1ª Câmara	1.7	DE	Ofício 2457/2014-TCU/SECEX-PA, de 25/11/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
Descrição da Deliberação					
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:					
1.7.1 dar ciência à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) acerca das seguintes impropriedades constatadas na prestação de contas de 2010 da entidade:					
1.7.1.1 não utilização de rotinas e de procedimentos de controle e acompanhamento das transferências voluntárias concedidas;					
1.7.1.2 fragilidade nos controles internos da UFRA, propiciando a ocorrência de falhas e impropriedades nos procedimentos administrativos e/ou operacionais da entidade;					
1.7.1.3 ausência de resarcimento por parte dos cessionários;					
1.7.1.4 realização indevida de dispensa de licitação, no valor de R\$ 68.480,47;					
1.7.1.5 ausência de comprovação da atuação da unidade de auditoria interna em ações de controle;					
1.7.1.6 pagamento indevido da vantagem do art. 192 da Lei 8.112/1990; e					
1.7.1.7 ausência de comprovação da regularidade no provimento de cargos de professor titular;					
1.7.2 arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso IV, do RITCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pro Reitoria de Administração e Finanças – PROAF					-
Síntese da Providência Adotada					
A Universidade Federal Rural da Amazônia tomou ciência acerca das constatações identificadas, está desenvolvendo procedimentos de rotinas para aprimorar os controles internos da Instituição, como também segue adotando medidas para planejar e controlar, de forma efetiva, a aquisição de bens e serviços, com fins de evitar realização de despesa indevida, buscando observar as disposições do art. 24 da lei 8.666/1993.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Tem sido observada uma maior preocupação em planejar a aquisição de bens e serviços.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

Fonte: AUDIN/UFRA.

11.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro GG 11.1.2 – Situações das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada											
Denominação Completa		Código SIORG									
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA				457							
Deliberações do TCU											
Deliberações Expedidas pelo TCU											
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida						
01	TC 008.381/2012-7	4528/2014-2ª Câmara	9.1 a 9.10	DE							
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG						
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA					457						
Descrição da Deliberação											
<p>9.1. Julgar regulares as contas de Marco Aurélio Leite Nunes, Hélio Raymundo Smith da Silva Júnior, Edmilson Antônio Rodrigues Nogueira e Lena Vânia Ribeiro Mesquita Ferreira, dando-lhes quitação plena;</p> <p>9.2. Julgar irregulares as contas de Sueo Numazawa e Antônio Carlos Nunes Gouvêa;</p> <p>9.3. Condenar Sueo Numazawa e Antônio Carlos Nunes Gouvêa, solidariamente com a empresa VP Construções Ltda., ao recolhimento das quantias abaixo especificadas aos cofres da Universidade Federal Rural da Amazônia, acrescidos de encargos legais calculados a partir das datas mencionadas até a data do pagamento:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>VALOR ORIGINAL (R\$)</th><th>DATA DA OCORRÊNCIA</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>12.561,69</td><td>05/05/2009</td></tr> <tr> <td>85.095,47</td><td>19/08/2009</td></tr> </tbody> </table> <p>9.4. Aplicar a Sueo Numazawa, Antônio Carlos Nunes Gouvêa e à empresa VP Construções Ltda. multas, respectivamente, de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se estes forem efetuados após o vencimento do prazo abaixo estipulado;</p> <p>9.5. Fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;</p> <p>9.6. Autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;</p> <p>9.7. Autorizar o pagamento das dívidas em até trinta e seis parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;</p> <p>9.8. Fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada trinta dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;</p> <p>9.9. Alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;</p> <p>9.10. Remeter cópia deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentaram ao procurador-chefe da Procuradoria da República do Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443/1992.</p>						VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA	12.561,69	05/05/2009	85.095,47	19/08/2009
VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA										
12.561,69	05/05/2009										
85.095,47	19/08/2009										
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento											
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG						
Dirigente máximo da Universidade Federal Rural da Amazônia					457						
Justificativa para o seu não Cumprimento:											
Os interessados estão recorrendo à Justiça da decisão											
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor: Os interessados estão recorrendo quanto à decisão.											

Fonte: AUDIN/UFRA.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro HH 11.2.1 - – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108965	2 – Constatação 042 Recomendação 001	OS: 201108965
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457
Descrição da Recomendação			
Instituir um Comitê que seja responsável pela implantação do Planejamento Estratégico de TI, objetivando alinhar as atividades da área e os negócios da organização, bem como para otimizar os recursos disponíveis e a redução do desperdício.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC			457
Síntese da Providência Adotada			
Foi instituído o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, através da Resolução CONSAD- Conselho de Administração da UFRA – nº 29, de 27 de março de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aperfeiçoamento do planejamento e das ações de segurança da informação e maior eficiência nos sistemas de informação no âmbito da UFRA.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201108965	2 – Constatação 042- Recomendação 002	OS: 201108965
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457
Descrição da Recomendação			
Elaborar o Plano Estratégico de TI com vistas a permitir que a aplicação de recursos da Entidade em Tecnologia esteja em consonância com os objetivos da organização.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC			457
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que a UFRA já dispõe de Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI), este documento é o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Eficiência em alinhar as ações de tecnologia da informação com os objetivos da Instituição.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201108965	2.1.1.2 – Constatação 043- Recomendação 001	OS201108965
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457
Descrição da Recomendação			
Elaborar uma Política de Segurança da Informação e instituir comitê gestor para implantação dessa política.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC			457
Síntese da Providência Adotada			
O Comitê Gestor de TI - CETI aprovou em 04 de julho de 2014, a Política de Segurança da Informação e Comunicação da UFRA – POSIC, através da Resolução CETI nº 07 e Resolução do CONSAD nº 56 de 10/2014 que homologa a resolução CONSAD nº 55 de 04/07/2014 que acatou “AD REFERENDUM” a decisão do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação que aprovou a Política de Segurança da Informação e comunicações da UFRA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aprimoramento e eficiência nos sistemas de informação no âmbito da UFRA.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA		457			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
04	201108965	2.1.1.4 – Constatação 026- Recomendação 001	OS201108965		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Descrição da Recomendação					
Na área de GESTÃO PATRIMONIAL: - Implantar rotinas/procedimentos de atualização das informações dos imóveis no SPIUnet; - Implantar procedimentos formalizados e/ou rotinas de vistoria e de manutenção dos bens imóveis; - Melhorar os canais de comunicação formais entre a Seção de Patrimônio e a Prefeitura do Campus nas questões relacionadas à gestão dos bens imóveis sob responsabilidade da entidade.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF		457			
Síntese da Providência Adotada					
Expedido o Memorando nº 05/2014-AUDIN ao Pró- Reitor Adjunto de Administração e Finanças – PROAF e obtivemos a seguinte resposta:					
“A rotina de repasse de informações dos prédios que acabaram de ser construídos já está implantada e consolidada. Ao final de cada obra é emitido termo de recebimento definitivo do prédio, que contém todas as informações necessárias ao seu pleno entendimento. Este termo acompanha a fatura da última medição, para pagamento do respectivo valor, ao ser encaminhada à SAF – Superintendência Administrativa Financeira. Esta superintendência fica, então, responsável por formalizar o pedido de cadastramento do prédio no SPIUNET, ao setor responsável na Superintendência de Patrimônio e Material – SPM”.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Clareza na definição de competências da Superintendência de Patrimônio e Material – SPM para cadastrar os imóveis da UFRA no sistema SPIUNET.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
05	201108965	2.1.1.4 – Constatação 026-Recomendação 004	OS201108965		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Descrição da Recomendação					
Na área de GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: - Elabora o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da entidade; - Supervisionar as atividades de TI sob sua coordenação; - Incluir cláusula de acordo de níveis de serviços nos contratos de TI; - Implantar rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidade da UJ.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC		457			
Síntese da Providência Adotada					
A Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação esclarece que esta Universidade já possui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Este documento é o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (TI), da Instituição para o biênio 2013 – 2014, no qual contempla objetivos estratégicos de TI, Necessidades, Metas, Ações e Recursos necessários para sua concretização, tendo como foco principal o alinhamento estratégico da TI à atividade fim da Universidade. A Resolução CETI No 04, de 19 de fevereiro de 2013, aprovou o referido documento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Maior clareza dos objetivos e políticas para a área de tecnologia e segurança da informação					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
06	201108965	2.1.1.7 – Constatação 016- Recomendação 001	OS201108965		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457		
Descrição da Recomendação					
Designar servidor responsável pelo controle/acompanhamento.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC					
Síntese da Providência Adotada					
Em resposta o memorando nº 05/2014-AUDIN a Pró-Reitoria de Administração e Finanças –PROAF, esclareceu que concernente ao termo de Cooperação nº 13/2009, firmado com a UFRN, foi indicado para realizar o acompanhamento, o Prof. Dr. Kedson Raul de Souza Lima, Pró-Reitor de Administração e Finanças, através da Portaria 593 de 27/03/2012. A PROAF também informa que o Termo de Cooperação já está encerrado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento ao recomendado e acordado em plano de providencias permanente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Recomendações do OCI						
Recomendações Expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida			
07	201108965	2.1.1.6 – Constatatação 029- Recomendação 001	OS201108965			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Descrição da Recomendação						
Elaborar projeto e a logística necessária para a coleta e destinação dos resíduos sólidos recicláveis produzidos pela entidade.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG					
Prefeitura do Campus	457					
Síntese da Providência Adotada						
A Comissão de Licenciamento Ambiental da UFRA, que futuramente denominada de Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Coordenador do Curso de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis recomendou a adoção do Projeto Acadêmico intitulado:						
<p><i>Educação ambiental como suporte ao gerenciamento dos resíduos sólidos na Universidade Federal Rural da Amazônia em cumprimento ao Decreto 5940/2006 (em anexo), com vistas a subsidiar as ações voltadas para a coleta seletiva do lixo gerado. Podemos considerar essa ação como parte do Plano de Sustentabilidade Ambiental da UFRA, que abordará ainda as ações de licenciamento ambiental para obras, que já se encontra em prática. Também, este plano contemplará os mecanismos que nortearão as aquisições de equipamentos e materiais nos editais de licitações, principalmente sob o aspecto da logística reversa, incluindo esta responsabilidade aos fornecedores, Lei nº 12.305/2010.</i></p>						
Quanto à Coleta Seletiva, a instituição já apresenta algumas ações práticas:						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção do espaço para acomodação do material recolhido dos setores. 2. As lixeiras já foram compradas e distribuídas nos setores. 3. Os equipamentos como balança de pesagem também já foram adquiridos. 						
<ol style="list-style-type: none"> 4. Está sendo elaborada uma agenda de apresentações nos diversos setores da instituição, visando à conscientização de toda a comunidade acadêmica. Essa fase já estava programada, mas devido à greve dos servidores administrativos gerou o atraso, a previsão é para o mês de agosto o lançamento do programa de coleta e separação do lixo gerado. 5. E por final, estamos estabelecendo os contatos necessários com as Cooperativas de Catadores para que seja feita a destinação de todo o material gerado, tudo em conformidade com o decreto nº 5940/2006. 						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Eficiência na coleta e destinação dos resíduos sólidos recicláveis produzidos pela UFRA						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Recomendações do OCI						
Recomendações Expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida			
08	201108965	2.1.1.6 – Constatação 029 - Recomendação 001	OS201108965			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Descrição da Recomendação						
Implantar procedimentos e rotinas para separação de resíduos recicláveis descartáveis e providenciar a destinação adequada aos mesmos.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						
Prefeitura do Campus						
Síntese da Providência Adotada						
<p><i>"- Implantar plano/estratégia de implementação dos critérios de sustentabilidade ambiental em suas aquisições;</i></p> <p>Quanto ao plano de logística sustentável regulamentado pela instrução normativa (IN) nº 10 de 12 de novembro de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a UFRA em consonância com o Art.6º da referida instrução, instituiu a chamada Comissão de elaboração do Projeto de Logística Sustentável, designada pela portaria nº 1460 de 11 de agosto de 2014, tal comissão encontra-se desenvolvendo o chamado Plano de Logística Sustentável da instituição. Porém, vale ressaltar que, a prefeitura nas suas aquisições já vem adotando medidas que visem à sustentabilidade ambiental, principalmente nas compras de equipamentos de ar condicionado, em que considera o menor consumo de energia e o tipo de gás refrigerante (ecológico). Também nos projetos de edificações tem-se adotado uma arquitetura que privilegie a luz natural e a ventilação dos ambientes. Nas aquisições de lâmpadas é considerado o baixo consumo de energia e a ausência de elementos poluentes.</p> <p><i>- implantar plano/estratégia de implementação de separação e destinação dos resíduos recicláveis descartáveis, em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006;</i></p> <p>A UFRA já implementou ações, inclusive com uma rotina diária com vistas ao recolhimento, acomodação, separação e destinação do lixo reciclável gerado dentro da instituição.</p> <p>Foram instaladas em todos os setores da UFRA lixeiras identificadas com as cores correspondentes ao tipo de lixo a ser armazenado;</p> <p>O pessoal responsável pela limpeza e conservação dos prédios, foram devidamente orientados a fazer o recolhimento diário de todo o lixo colocado nas lixeiras e os gerados internamente nas salas;</p> <p>Diariamente é feito o recolhimento desse material e armazenado em um local próprio, destinado a esse fim.</p> <p>O material armazenado é pesado e destinado à cooperativa de catadores, onde deve ser separado.</p> <p>Vale ressaltar que ao Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos da Universidade Federal Rural da Amazônia (PGRS-UFRA) encontra-se em fase de elaboração para posterior aprovação em conselho (CONSUN), obedecendo ao seguinte conteúdo mínimo, previsto pela Lei 12.305/2011.</p> <p>Em suma, os resíduos de classe II, gerados na UFRA, comumente chamados de resíduos de coleta convencional ou resíduos comuns, tais como papéis inutilizados, resíduos de limpeza de banheiros (papéis higiênicos usados e entre outros), materiais comumente descartados em lixeiras, são recolhidos pelo serviço terceirizado, fornecido pela empresa Transcidade Serviços Ambientais Ltda, a qual é responsável pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos de coleta convencional, conforme contrato nº 08/2013. Existe também o contrato com a mesma empresa acima referida, o de nº 01/2010 para coleta, transporte e tratamento de resíduos patológicos.</p> <p><i>- implantar políticas e campanhas de conscientização entre servidores relacionados à sustentabilidade ambiental, tais como: redução do consumo de água e de energia elétrica, proteção do meio ambiente, preservação dos recursos naturais nas áreas sob responsabilidade da entidade, etc.</i></p>						

Atualmente temos o início das sensibilizações quanto à coleta seletiva, as quais serão realizadas por

institutos, na seguinte sequência: ISARH (setembro), ICIBE (setembro), ICA (outubro) e ISPA (outubro). Quanto a preservação dos recursos naturais nas áreas sob responsabilidade da instituição, temos a atuação da Comissão de licenciamento ambiental instituída pela portaria nº 925 de 1 de julho de 2014, a qual fiscaliza os empreendimentos desenvolvidos por esta IES, buscando minimizar os impactos ambientais dos mesmos.

Além de todas as ações acima citadas estão sendo desenvolvidos trabalhos acadêmicos com foco específico para a UFRA que serão incorporados gradativamente às práticas da instituição, a saber:

- A Educação ambiental como ferramenta para a gestão adequada de resíduos sólidos;
- Aproveitamento de resíduos do restaurante universitário para geração de energia;
- Sustentabilidade na educação superior: Um estudo de caso na UFRA;
- Aproveitamento da água da chuva para as instalações hidro sanitárias.

Síntese dos Resultados Obtidos

Eficiência na coleta e destinação dos resíduos sólidos recicláveis produzidos pela UFRA

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
09	201203455	2.1.1.1 – Constatação 028 - Recomendação 001	OS201203455		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457		
Descrição da Recomendação					
Implementar rotinas para avaliação da compatibilidade de recursos de TI com as necessidades do órgão, bem como estabelecer junto aos fornecedores de soluções de TI, acordos de níveis de serviço, a fim de garantir a eficiência e eficácia dos serviços de TI prestados junto aos usuários.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG		
Superintendência de tecnologia da Informação e Comunicação - STIC					
Síntese da Providência Adotada					
Procedimento de avaliação da compatibilidade de recursos de TI implantado e acordos de nível de serviço tornam-se obrigatórios com a aprovação do Manual para Contratação de Bens e Serviços de TI.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Alinhamento da área de Tecnologia da Informação com as estratégias e reais necessidades da instituição					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
10	201203455	2.1.1.2 – Constatação 019 - Recomendação 001	OS201203455		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457		
Descrição da Recomendação					
Implantar rotinas de controle e interno que garantam a atualização do sistema SPIUnet sempre que houver alterações de informação nos imóveis sob responsabilidade da Unidade.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG		
Pró-reitoria de Administração e Finanças, Superintendência de Patrimônio e Material e Prefeitura do Campus.					
Síntese da Providência Adotada					
Os responsáveis pela implementação da recomendação tomaram as seguintes providencias quanto as rotinas de repasse de informações dos prédios que acabaram de ser construídos: Ao final de cada obra é emitido termo de recebimento definitivo do prédio, que contém todas as informações necessárias ao seu pleno entendimento. Este termo acompanha a fatura da última medição, para pagamento do respectivo valor, ao ser encaminhada à SAF – Superintendência Administrativa Financeira. Esta superintendência fica, então, responsável por formalizar o pedido de cadastramento do prédio no SPIUNET, ao setor responsável na Superintendência de Patrimônio e Material – SPM.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Definição de competências dos setores para os procedimentos de atualização dos imóveis no SPIUNET.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Recomendações do OCI						
Recomendações Expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida			
11	201203455	2.1.1.3 – Constatação 026 - Recomendação 001	OS201203455			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Descrição da Recomendação						
Implementar processo formalizado para planejamento, e gestão das contratações de bens e serviços de TI, definindo níveis de serviços e adequabilidade dos bens adquiridos com os fins institucionais.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG					
Superintendência de tecnologia da Informação e Comunicação - STIC						
Síntese da Providência Adotada						
Em atendimento à Recomendação, foi desenvolvido o Manual para Contratação de Bens e Serviços de TI, que formaliza tal procedimento de contratação no âmbito desta Universidade. Este manual disciplina as fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gerenciamento do Contrato. Neste sentido, o referido documento foi aprovado pela Resolução CETI No 06, de 24 de janeiro de 2014.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Processo para planejamento e gestão das contratações de bens e serviços de TI formalizado e sendo utilizado neste tipo de contratação no âmbito da UFRA.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Recomendações do OCI						
Recomendações Expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida			
12	201203455	2.1.1.4 – Constatação 027 - Recomendação 001	OS201203455			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Descrição da Recomendação						
Adotar providências efetivas para cumprimento das determinações do Acórdão N° 3.405/2011 do Tribunal de Contas da União relativas ao ressarcimento dos valores apontados pela CGU/PA no Relatório de Auditoria de Gestão nº 189694.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG					
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas-PROGEP	457					
Síntese da Providência Adotada						
Esta instituição, através da Superintendência de Gestão de Pessoa (SGDP) notificou os responsáveis pelo ressarcimento ao erário, e os responsáveis cumpriram com as orientações para o atendimento do referido Acórdão efetuando o recolhimento de valores devido a União, através de GRU. Comprovantes de pagamentos e demonstrativos emitidos pelo SIAFI, comprovam que as arrecadações foram devidamente efetuadas.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Ressarcimento de valores devido ao erário foram efetuados sendo cumprido o determinado no Acordão nº 3.405/2011 do Tribunal de Contas da União.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Recomendações do OCI						
Recomendações Expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida			
13	201203455	2.1.1.5 – Constatação 031 - Recomendação 002	OS201203455			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Descrição da Recomendação						
Implementar a realização de análises de mercado por parte do setor de compras, sobretudo quanto aos preços praticados no setor público, a fim de subsidiar o processo decisório no Princípio da Economicidade.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						
Superintendência de Patrimônio e Material - SPM						
Síntese da Providência Adotada						
A Superintendência de Patrimônio e Material - SPM informou que já está sendo realizada, nos processos de aquisição de material, uma ampla pesquisa de mercado com pelo menos 03 propostas de preço, para com isso balizarmos o menor preço do material.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Planejamento e organização nos processos de compras de materiais.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Recomendações do OCI						
Recomendações Expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida			
14	201203455	2.1.1.7 – Constatação 038 - Recomendação 001	OS201203455			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457			
Descrição da Recomendação						
Abster-se de realizar contratação direta por meio de dispensa, quando as situações fáticas não se subsumirem às hipóteses legais, mormente em razão do valor das contratações no exercício						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						
Pro Reitoria de Administração e Finanças - PROAF						
Síntese da Providência Adotada						
A Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF, tomou as seguintes providencias para atender a recomendação: Promoveu com o apoio da AUDIN e da Procuradoria Federal Junto à UFRA, um Seminário/Palestra direcionadas ao esclarecimento das unidades administrativas da UFRA acerca da correta formalização dos processos administrativos de contratação direta por meio de dispensa de licitação/Inexigibilidade. A PROAF vem adotando medidas no sentido de não dar prosseguimento aos processos que não atendam a legislação pertinente.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Capacitação dos servidores com relação ao procedimento de Dispensa de Licitação.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
02	201108965	2.1.1.3	OS201108965		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Descrição da Recomendação					
Na área de GESTÃO AMBIENTAL: - implantar plano/estratégia de implementação dos critérios de sustentabilidade ambiental em suas aquisições; - implantar plano/estratégia de implementação de separação e destinação dos resíduos recicláveis descartáveis, em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006; - implantar políticas e campanhas de conscientização entre servidores relacionados à sustentabilidade ambiental, tais como: redução do consumo de água e de energia elétrica, proteção do meio ambiente, preservação dos recursos naturais nas áreas sob responsabilidade da entidade, etc.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Pró- Reitoria de Administração e Finanças e Prefeitura do Campus		457			
Justificativa para o seu não Cumprimento					
O Setor responsável pela implementação da recomendação informa que providencias já vem sendo adotadas para atender o Plano de Logística Sustentável da Instituição, Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos e sensibilização quanto a coleta seletiva, porem os procedimentos para efetiva execução da recomendação ainda encontra-se em fase de implementação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Servidores capacitados em número insuficiente para realização das tarefas, e dificuldades para planejar as ações.					

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201108965	2.1.1.4	OS201108965
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457
Descrição da Recomendação			
Estruturar a unidade de auditoria interna como suporte necessário de recursos humanos, a fim de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			457
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A recomendação ainda não foi totalmente implementada, em virtude da instituição não dispor até o presente momento de servidores suficientes com perfil necessário que preencha os requisitos para compor o quadro da auditoria interna. A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas-PROGEP encontra-se trabalhando na elaboração de concurso público para vários cargos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Contínuas mudanças de gestores e de membros da Comissão constituída para elaboração do concurso público.			

Fonte: AUDIN/UFRA.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
04	201203455	2.1.1.5	OS201203455		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Descrição da Recomendação					
Implementar planejamento das aquisições por meio do uso de técnicas de mensuração quantitativa dos objetos licitados e comprovação da vinculação dos mesmos aos fins institucionais.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Pró-Reitora de Administração e Finanças-PROAF		457			
Justificativa para o seu não Cumprimento					
A UFRA vem adotando uma análise comparativa entre objetos licitados atualmente e nos anos anteriores, porém o planejamento das aquisições e o mapa comparativo de técnicas de mensuração ainda não foram completamente disponibilizadas no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: AUDIN/UFRA.

11.2.2. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro II 11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA		457			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	201108965	2.1.1.1	OS201108965		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA			457		
Descrição da Recomendação					
Providenciar a avaliação dos imóveis da União sob responsabilidade da UJ.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG		
Pró-reitoria de Administração e Finanças - PROAF			457		
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Em resposta ao memo. Nº 48/2014-AUDIN/UFRA, a Pró-reitoria de Administração e Finanças informa que, efetivou a abertura de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada para efetivar o inventário, e por questões de recursos impetrados, o processo licitatório não avançou. No esforço de dar continuidade as providencias para a atualização dos imóveis, a UFRA atualmente busca o apoio da Universidade Federal do Pará –PA, que dispõe de uma Comissão de Regularização Fundiária, e através de Termo de Parceria buscar a solução da avaliação dos imóveis.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A UFRA não dispõe de servidores capacitados em número suficiente e com perfil necessário para realizar a atividade.					

Fonte: AUDIN/UFRA.

11.3 Declaração de bens e rendas estabelecidas na Lei nº 8.730/93

Quadro JJ 11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	01	2014	2014
	Entregaram a DBR	00	2014	2014
	Não cumpriram a obrigação	01	2014	2014
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	144	2014	2014
	Entregaram a DBR	95	2014	2014
	Não cumpriram a obrigação	49	2014	2014

Fonte: Cadastro/PROGEP/UFRA.

11.4 Alimentação SIASG e SINCOV

Quadro KK 11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados do SIASG e SICONV.

DECLARAÇÃO

Eu, Érika Maria Pinheiro Magalhães, CPF nº 116.263.052-34, Coordenadora, exercido na Central de Convênios e Contratos declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de fevereiro de 2015.

Érika Maria Pinheiro Magalhães

116.263.052-34

Coordenadoria/Central de Convênios e Contratos

Fonte: DCC/UFRA.

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A UFRA tem adotado parcialmente os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT 16.10. Utilizando o Regime de Competência, o registro contábil da depreciação vem sendo realizado para os bens adquiridos a partir do exercício de 2010. A vida útil econômica dos bens foi estabelecida de acordo com as orientações da Macrofunção SIAFI 020330.

O registro contábil dos Estoques, Imobilizado e Intangíveis são baseados no valor de aquisição desses ativos.

Conforme Resolução CFC nº 1.437/13 o método utilizado pela UFRA quanto à mensuração e avaliação das saídas de almoxarifado é o Custo Médio Ponderado.

12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

Neste item são apresentadas as ações adotadas em cumprimento aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.9) e (NBC T 16.10), publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente.

Os procedimentos, a metodologia adotada para estimativa da vida útil econômica dos ativos, do cálculo da depreciação do imobilizado (bens móveis e imóveis) e da amortização do ativo intangível; as taxas utilizadas para os respectivos cálculos, a metodologia adotada para realizar a avaliação e a mensuração de ativos e passivos estão especificados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, que trata da Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado pela Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012, (MCASP - 5.ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2013).

Os valores informados neste item foram obtidos por meio de consulta à transação BALANCETE do sistema SIAFI e referem-se aos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2014 na unidade gestora 153034.

12.1.1. Bens móveis adquiridos antes de 2010

O item 14 da Macrofunção 02.03.30 estabelece que os bens colocados em condições de uso a partir do mês de janeiro de 2010, podem ter o cálculo da depreciação efetuado por representarem uma base monetária confiável. Em cumprimento a este dispositivo, a UFRA efetuou o cálculo da depreciação dos bens móveis adquiridos em 2010, cujo registro no SIAFI foi efetuado a partir de janeiro de 2011. Nos exercícios seguintes, a unidade passou a efetuar o cálculo mensalmente.

As contas contábeis utilizadas no SIAFI para registro da depreciação, são a 52328.01.00, que representa uma variação quantitativa diminutiva do patrimônio e a 14290.00.00, que tem natureza retificadora/redutora do bem móvel, a 14212.XX.00, em contrapartida à conta de variação diminutiva.

12.1.2. Estimativa de vida útil econômica dos bens móveis

A UFRA tem efetuado o cálculo da depreciação com base nos procedimentos estabelecidos pelo item 27 da macrofunção 02.03.30, o qual estabelece uma tabela de vida útil para os bens móveis sujeitos à depreciação, juntamente com o percentual aplicável a cada bem para se efetuar o cálculo, assim como estabelece o método das cotas constantes (item 47) para utilização por todos os

órgãos, como forma de padronização de procedimentos nos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta por permitir a geração de dados comparáveis e consistentes que facilitam a análise e tomada de decisões.

12.1.3. Amortização e Exaustão

O cálculo da Amortização não está sendo realizado em razão da falta de parâmetros para a redutibilidade dos valores de softwares adquiridos. O cálculo referente à Exaustão não se aplica à UJ.

12.1.4. Depreciação de bens imóveis

No dia 31.12.2014, a CCONT/STN, com base nas informações do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União, o SPIUnet, fez o lançamento automático da depreciação dos bens imóveis dos órgãos da administração pública federal, no SIAFI. O registro da Depreciação Acumulada até 2013 foi lançado como “Ajuste de Exercícios Anteriores”. A depreciação de bens imóveis referente a 2014 foi registrada diretamente no Resultado do Exercício.

Para o registro da Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis, a CCONT/STN criou a conta 14270.00.00 para distinguir da conta de Depreciação Acumulada de Bens Móveis, a 14290.00.00; e fez a contabilização na mesma conta de variação quantitativa diminutiva utilizada para o cálculo da depreciação de bens móveis, a 52328.01.00. No novo Plano de Contas, que passou a vigorar em 1º de janeiro 2015, há a segregação de contas, tanto para o registro da variação patrimonial diminutiva quanto para o registro da depreciação acumulada.

O lançamento realizado pela CCONT/STN, em 31.12.2014, com base nos dados dos imóveis cadastrados no SPIUnet, gerou um saldo no SIAFI, na conta 14270.00.00, dos seguintes valores na UG 153034:

a) Depreciação Acumulada até o exercício de 2013:

Imóveis Residencial/Comercial: conta contábil 14211.10.01: total de R\$ 1.389,10; e
Imóveis de Uso Educacional: conta contábil 14211.10.07: total de R\$ 260352,16;

b) Depreciação Acumulada referente ao exercício de 2014:

Imóveis Residencial/Comercial: conta contábil 14211.10.01: total de R\$ 263,98; e
Imóveis de Uso Educacional: conta contábil 14211.10.07: total de R\$ 51463,76;

12.1.5. Avaliação/mensuração de Ativos e Passivos

12.1.5.1. Disponibilidades Financeiras

As Disponibilidades Financeiras da UJ são avaliadas e mensuradas pelo valor original, conforme estabelecido no item 02.05.03.01 do MCASP.

12.1.5.2. Créditos a Receber

A conta de Créditos a Receber, a 11200.00.00 registra os valores a receber por créditos tributários, alienações, por fornecimento de bens, serviços e demais créditos oriundos de outras transações. Os créditos da UJ são avaliados e mensurados, conforme estabelecido no item 02.05.03.02 do MCASP, pelo seu valor original. Entre as contas que possuem maior representatividade, destacamos:

- a) 11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP: esta conta, que envolve diversos órgãos do MEC, possui uma retificadora, a 11216.25.00, de mesmo montante que, por sua vez, acaba anulando o saldo nessa rubrica. A primeira conta, pertence ao sistema financeiro e a segunda pertence ao sistema patrimonial, para controlar a variação aumentativa no patrimônio. A UJ apresenta no exercício 2014, um montante de R\$ 25.761.510,33 com o mesmo montante da conta retificadora.
- b) 11216.01.00 - Recursos a Receber por Transferência (TED) - Termo Execução Descentralizada: esta conta refere-se aos recursos a receber pelos órgãos decorrentes dos Termos de Execução Descentralizada firmados com outros órgãos da administração pública federal. O montante apresentado pela UJ em 2014 é de R\$ 2.787.649,75.
- c) 11216.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento: esta conta refere-se ao valor do limite de saque da conta única do Tesouro Nacional estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira (COFIN/STN), para atender despesas com vinculação de pagamento atrelada ao tipo de recurso orçamentário, isto é, os recursos financeiros disponíveis nesta conta referem-se ao limite que os órgãos têm direito a sacar para custear suas despesas. O saldo apresentado no final de 2014 é de R\$ 1.860.931,00.
- d) 11211.01.02 - Faturas/Duplicatas a Receber - Não se Aplica à UJ.

12.1.5.4. Estoques

De acordo o MCASP, item 02.05.03.03, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Os estoques da UFRA são avaliados com base no valor da aquisição. O maior montante referente a Estoques na UFRA está concentrado na conta de Estoque Interno (11318.00.00), R\$ 153.575,71 referente à Material de Consumo, entre eles material de expediente, material de copa e cozinha, entre outros.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A UFRA está em processo de pesquisa e capacitação relativos à prática do Gerenciamento dos Custos dos programas, unidades administrativas e dos serviços produzidos pela instituição.

12.3 Conformidade contábil

Os dados informados neste item foram obtidos por meio de consulta às transações >CONCONFREG e >CONCONFCON do Sistema SIAFI e referem-se ao registro de ocorrências/restricções relativas a inconsistências ou desequilíbrios apresentados no Balancete e nos Auditores Contábeis do SIAFI (CONCONTIR e CONINCONS), no caso da Conformidade Contábil; e à falta de registro ou registro com restrições referente à Conformidade de Registros de Gestão, extraídos da transação mencionada acima.

De periodicidade mensal, o registro foi efetuado sistematicamente de janeiro a dezembro de 2014, na Unidade Gestora Executora 153034.

12.3.1. Descrição do processo da Conformidade Contábil

A conformidade contábil é realizada pela Setorial de Contabilidade de UG (153034) e Órgão (26253) nos termos Decreto 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e do Manual SIAFI, macrofunção 02.03.15, que trata da Macrofunção da Conformidade Contábil. O registro mensal é efetuado por contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, lotado em unidade gestora setorial contábil e credenciado no SIAFI para este fim. A segregação de funções é observada no processo de registro, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº. 01, de 06 de abril de 2001.

A conformidade contábil é registrada no Sistema SIAFI na Unidade Gestora Executora citada acima (Conformidade de UG), no órgão 26253 (Conformidade de Órgão) e no órgão 26000 (Conformidade de Órgão Superior).

Para o registro da conformidade contábil são adotados os seguintes procedimentos: Descrever os procedimentos adotados para o registro da conformidade. Ex: Verificação de todas as equações do auditor contábil CONCONTIR; Extração de consultas do SIAFI Gerencial, verificação do cálculo da depreciação; sobre a Dedução da Receita para verificação da retificação das naturezas de receita referentes às contas apontadas no auditor contábil CONINCONS; RMA e o RMB; Verificação do registro da Conformidade de Registros de Gestão, por meio de consulta à transação >CONCONFREG.

12.3.2. Ocorrências apontadas em 2014

- a) Alerta¹ - sinaliza a existência de uma ocorrência que impede a verificação da regularidade dos registros, como por exemplo, a falta de envio do RMA e do RMB para conciliação com os dados contábeis.

Unidade Gestora	Quantidade de Restrições	Código da Restrição *
153034	-	-

- b) Ressalva² - indica uma ocorrência contábil que não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis, como por exemplo: saldos invertidos, uso indevido de eventos ou situações no CPR, registro na conta “Outros” do auditor CONINCONS acima do percentual estabelecido na transação CONPARINC, entre outros. Relacionar as ocorrências do tipo Ressalva.

Unidade Gestora	Quantidade de Restrições	Código da Restrição *
153034	2	640
153034	6	680

*Descrição da restrição: disponível na transação >CONRESTCON

640 - SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB.

680 - DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC.

12.3.3. Ocorrências não sanadas no exercício de 2014

UG 153034 – Todas as ocorrências foram sanadas no exercício de 2014.

¹ Descrição contida na macrofunção SIAFI 02.03.15: Conformidade Contábil

² Descrição contida na macrofunção SIAFI 02.03.15: Conformidade Contábil

12.4 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)	Código da UG		
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	153034		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Ausência de cadastro no SPIUNET e baixa dos imóveis concluídos registrados na conta 1.4.2.1.1.91.00 – Obras em andamento. b) Bens Imóveis pendentes de reclassificação para a Conta Imóveis de Uso Especial. c) Bens Móveis adquiridos antes do exercício de 2010 em registro contábil de depreciação e pendentes de reavaliação. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belém - Pará	Data	13 de fevereiro de 2015
Contador Responsável	Ademir de Carvalho Lopes Júnior	CRC nº	PA-017397/O-0

II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO

1. INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES)

1.1 Indicadores de desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e modificações posteriores

Quadro B 66. 1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$ 129.991.804,92	R\$ 115.477.289,44	R\$ 90.893.365,28	R\$ 87.665.628,51	R\$ 72.294.454,33
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$ 129.991.804,92	R\$ 115.477.289,44	R\$ 90.893.365,28	R\$ 87.665.628,51	R\$ 72.294.454,33
Número de Professores Equivalentes	342,00	254,00	286,00	233,00	213,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	748,50	713,00	658,50	602,75	535,25
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	748,50	713,00	658,50	602,75	535,25
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	4.168,50	3.423,50	3.000,00	2.639,50	2.168,00
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	229,00	332,00	302,50	274,50	285,00
Alunos de Residência Médica (AR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	7.377,88	7.125,81	5.619,04	5.744,04	5.210,58
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	3.140,80	2.720,24	2.061,93	2.013,40	1.891,60
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	458,00	664,00	605,00	549,00	570,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMEC.

Quadro B 66. 2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU nº 408/2002.

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 16.589,31	R\$ 14.8824,15	R\$ 14.603,60	R\$ 14.079,49	R\$ 12.506,45
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	R\$ 16.589,31	R\$ 14.8824,15	R\$ 14.603,60	R\$ 14.079,49	R\$ 12.506,45
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	10,52	13,32	9,32	11	11,53
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	4,81	4,75	3,89	4,25	4,60
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	4,81	4,75	3,89	4,25	4,60
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,19	2,81	2,4	2,59	2,51
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	2,19	2,81	2,4	2,59	2,51
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,75	0,79	0,69	0,76	0,87
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,05	0,09	0,09	0,09	0,12
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,56	3,44	3,25	3,17	3,17
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,05	4,15	3,99	4,05	3,99
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	45,31	29,73	27,63	32,99	38,99

Fonte: SIMEC.

1.2 Análise de resultados dos indicadores de desempenho das IFES

A análise do Quadro B.66.1 evidencia o processo de expansão da Instituição, com a criação de novos *Campi* no interior do estado, tais como Capanema e Tomé-Açu. Nota-se o aumento no custo corrente da Universidade, passando de R\$ 72.294.454,33 (Setenta e dois milhões duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos) no ano de 2010 para R\$ 129.991.804,92 (Cento e vinte e nove mil novecentos e noventa e um mil oitocentos e quatro reais e noventa e dois centavos) em 2014. O que significa um aumento em torno de 80% no aporte de recursos para a Instituição gerado principalmente pelo avanço da Instituição no interior do Estado.

Além do aumento expressivo na questão orçamentária, outros indicadores como número de funcionários e professores equivalentes também tiveram crescimento significativo nesse período 2010-2014 caracterizando esse desenvolvimento e expansão da Universidade. No que se refere ao número de professores equivalentes o aumento foi de aproximadamente 60% e no que tange os funcionários equivalentes o aumento girou em torno de 40%.

Em relação a questão acadêmica o aumento no ingresso de discentes também nesse período 2010-2014 foi expressivo. O total de alunos regularmente matriculados na graduação cresceu nesse período a uma taxa de 92,27%. Em 2010 o total de alunos da graduação matriculados era de 2.168 e, em 2014, passou para 4.168 discentes regularmente matriculados na Instituição.

Quanto ao Quadro B.66.2 constata-se o aumento no custo do aluno de graduação para Instituição, passando de R\$ 12.506,45 (Doze mil quinhentos e seis reais e quarenta e cinco centavos) no ano de 2010 para R\$ 16.589,31 (Dezesseis mil quinhentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos) em 2014 o que significa um aumento de aproximadamente 32%.

Além do aumento expressivo na questão orçamentária, outros indicadores como número de funcionários, alunos e professores equivalentes também tiveram crescimento nesse período 2010-2014.

Em relação ao indicador taxa de sucesso na graduação (TSG), houve um aumento significativo entre os anos de 2013 e 2014 em razão do número de diplomados ter aumentado, caracterizando assim um quantitativo maior de discentes que permanecem no curso até sua diplomação, representando assim uma queda na taxa de evasão escolar da Instituição.

Em relação ao conceito CAPES/MEC para a pós-graduação e o indicador de qualificação do corpo docente, estes tiveram um aumento entre 2012 e 2013 evidenciado principalmente pela melhoria nos conceitos CAPES dos cursos de pós-graduação e uma melhor qualificação do corpo docente da Instituição.

1.3 Relação de projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro B 66. 3 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações.

Fundação de Apoio													
Nome: Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA CNPJ: 01.821.471/0001-23													
Projeto		Instrumento Contratual						Convênio					
		Contrato						Vigência					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor (R\$)		Nº	Objeto	Vigência		Valor (R\$)	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
-	-	20/2013	Desenvolvimento sustentável com fomento a avicultura familiar nos municípios dos polos de Barcarena e Terra Alta, no estado do Pará.	Dez/2014	Jun/2015	1.500.000,00	1.500.000,00	-	Ecologia e silvicultura do mahogany (<i>Swietenia macrophylla king</i>) na Amazônia brasileira.	Ago/2014	Mar/2015	127.448,00	49.990,00
-	-	171/2013	Plano de zoneamento pesqueiro da pesca de arrasto da zona econômica região Norte.	26/12/2013	31/01/2016	698.761,30	698.761,30	51/2013	Execução das atividades de ensino das turmas dos cursos de graduação em Zootecnia, Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção e Administração da UFRA no município de Parauapebas.	01/01/2014	31/01/2018	2.940.000,00	720.000,00
-	-	80/2013	Proposta estruturante para	08/11/2013	01/12/2014	2.830.806,00	1.500.000,00	-	-	-	-	-	-

			gestão da pesca dos estados do Pará, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.										
-	-	13/2013	Elaboração, adequação e experimento de protótipos de embarcação de pesca para dar suporte às pesquisas na Amazônia	10/09/2013	31/12/2014	3.097.050,00	3.097.050,00	-	-	-	-	-	-
-	-	162/2013	Desevolvimento local integrado: A socioeconomia, proteção e reabilitação ambiental da microbacia do Rio Guamá, Pará, Brasil.	22/11/2013	22/11/2016	1.449.348,28	1.449.348,28	-	-	-	-	-	-
-	-	20/2012	Pesquisa e identificação de agentes para formação de recursos humanos, através da estruturação do laboratório de pesca e navegação do ISARH/UFRA.	17/12/2012	31/12/2014	497.409,00	497.409,00	-	-	-	-	-	-
-	-	137/2014	Educação integral para o empreendedorismo consciente em	30/05/2014	30/11/2015	288.157,66	192.006,66	-	-	-	-	-	-

			assentamentos da reforma agrária no estado do Pará.											
-	-	111/ 2014	Desenvolvimento sustentável com fomento e fortalecimento das cadeias produtivas e a P. L.'S nas atividades de fruticultura e piscicultura no município de Terra Alta – Estado do Pará.	07/11/ 2014	30/09/ 2015	375.000,00	375.000,00	-	-	-	-	-		
-	-	112/ 2014	Desenvolvimento sustentável com fomento e fortalecimento das cadeias produtivas e a P. L.'S nas atividades de fruticultura e piscicultura no município de Terra Alta – Estado do Pará.	07/11/ 2014	30/09/ 2015	125.000,00	125.000,00	-	-	-	-	-		
-	-	22/ 2012	Desenvolvimento de pesquisa para estudo do desenvolvimento zootécnico do Camurim em tanques de redes no município de Curuça-PA.	17/12/ 2012	31/07/ 2015	1.497.531,74	1.497.531,74	-	-	-	-	-		
				Total		12.359.063,98	10.932.106,98					Total	5.880.000,00	720.000,00

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos							
Projeto		Recursos das IFES					
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos		Valor
		Valor	Type	Valor	Quantidade		
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Tipos:
(1) Ensino, (2) Pesquisa e Extensão, (3) Desenvolvimento Institucional, (4) Desenvolvimento Científico
(5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: FUNPEA.